

TOGA^e literatura

Revista cultural do Amapá
Agosto 2012 - #09



Artigos
Crônicas
Músicas
Pinturas
Poesias



AMAPAR: 55 ANOS DE HISTÓRIA

QUEM
GARANTE
OS NOSSOS
DIREITOS
MERECE
O NOSSO
RESPEITO

Esta é a edição de número 9 de Toga e Literatura – Especial Amapar.

Externo meu agradecimento ao Presidente Fernando Swain Ganem pela confiança depositada neste projeto literário, ratificando a portaria anterior e promovendo a publicação comemorativa dos cinquenta e cinco anos da entidade.

Todos os artigos versam sobre a Associação dos Juizes do Paraná fundada em 1957, transformada em Associação dos Magistrados do Paraná em 1961, antes AMP, agora e sempre Amapar.

Nos livros de ata foram registrados os fatos aqui relatados. A história da Amapar, a sequência dos acontecimentos estão gravados em oito livros-ata.

Os livros, rubricados pelo presidente, com um parágrafo indicativo da finalidade, têm início com as atas das reuniões, ordinária ou extraordinária. Conforme o trâmite, o presidente abria a sessão e o juiz-secretário redigia 'ao correr da pena' os assuntos contidos na pauta e debatidos durante o encontro. Algumas vezes, anotava num rascunho, que era 'passado a limpo' com 'letra de professora', por uma funcionária habilidosa, e o texto, devidamente corrigido, era assinado pelos secretário, presidente e, depois, pelos demais presentes.

As assinaturas são um capítulo à parte. São desenhos caligráficos desafiantes, curiosos, indecifráveis, ilegíveis ou totalmente nítidos. Às vezes, uns 'rabiscos' ou apenas uma inicial, resumidos. Noutras, as letras se alongam, se sobrepõem ou se encolhem, alcançam a linha superior ou a inferior da página. Uso corrente era a caneta tinteiro Parker, Pelikan ou Waterman. E as tintas? Embaladas em pequenos frascos, iam do preto profundo ao azul escuro, azul-royal até o quase-verde e, quando derramadas, eternizavam-se em borrões.

Os juizes do Paraná presentearam o Des. Segismundo Gradowski com uma caneta tinteiro de ouro, por ocasião de sua aposentadoria.

Nos idos de 80, o encanto se foi, nada de letra cursiva, e caneta tinteiro tornou-se objeto de colecionador. A modernidade trouxe a caneta esferográfica e suas variantes e a reeducação da escrita caligráfica.

Atualmente as reuniões são virtuais, um aparelho grava em fita de áudio e vídeo e as divulga numa tela. Um presidente hábil na internet dirige os trabalhos, um juiz-secretário escreve e corrige o texto diretamente no computador e um funcionário colhe assinaturas digitais. Apesar de tais recursos, a Amapar, por segurança em manter as informações, monta um volume físico com páginas impressas das atas, dos atos e todos assinados.

As telas que ilustram a edição, 'Cataratas do Iguaçu', de Érico da Silva e 'Curitiba - 300 anos', de Maria Regina de Quadros Cury pertencem ao acervo da Amapar.

O meu reconhecimento aos funcionários da Amapar e da Judicemed, que colaboraram na feitura deste relato histórico, verificando informações, resgatando imagens antigas quase esquecidas nos arquivos físicos ou quase perdidas nos virtuais.

Feliz Aniversário, Amapar!

 **Chloris Elaine Justen de Oliveira**
Editora



EXPEDIENTE

TOGA E LITERATURA

Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná

Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

Presidente da Amapar: Fernando Swain Ganem • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo**

e Editora: Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3364 •

Edição, projeto e produção gráfica: M.Medeiros - Editora e Comunicação Ltda. • **Revisão:** Danda

Coelho • **Tiragem:** 1500 exemplares • **Colaboração:** Rômulo Cardoso, Darbi Wolf, Caetano de Souza Lima,

Mari Amaral, Alessandra Scremin e Leydiane Loiola • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar

Palácio da Justiça - 9º andar - Centro Cívico - 80.530-912 - Curitiba - PR -

Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura** não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



No aniversário da Amapar, parabéns a todos nós!

Desde o início da Amapar, sigla substitutiva da antiga AMP que, por sua vez, sucedeu a denominação original de Associação dos Juizes do Paraná, fundada pelo saudoso juiz Alceste Ribas de Macedo, ocorreram diversas e profundas transformações sociais.

Até o final da década de 80 vivia-se o charmoso tempo da máquina de escrever e, por conseguinte, do corretivo. Permitia-se fumar em gabinetes e salas de audiência, e a comunicação mais moderna era o telefone fixo sem fio com alcance restrito. Cinto de segurança era opcional. Os juizados especiais tinham a denominação de Pequenas Causas e o acesso da população ao Judiciário também se mostrava restrito.

De vinte anos para cá, assistimos a uma ampliação sem medidas das relações sociais que se modernizaram com a verdadeira revolução tecnológica, com consequências irradiadas direta e indiretamente no Poder Judiciário.

A redemocratização do país permitiu uma vigilância constante da sociedade sobre a atividade pública, inclusive sobre os atos do Poder Judiciário, que passou a ser alvo de várias exigências, dentre elas a agilidade nos julgamentos e a efetividade de suas decisões, tudo derivado do facilitado acesso à justiça instaurado a partir da Constituição Federal de 1988.

As leis também permitiram maior celeridade processual e, como corolário desse movimento, a reestruturação do Judiciário se afluou como indispensável. A ampliação do espaço físico, criação de mais cargos de magistrados e servidores, modernização dos equipamentos com comunicação rápida e instantânea, a criação de sistemas integrados entre vários setores e, por fim, o processo eletrônico, além de outras benfeitorias, foram todos necessários para adequação à nova realidade do país.

Conquanto essa mudança não tenha sido repentina, nem tenha acompanhado toda a evolução havida e, ainda, tenha sofrido certa resistência por parte de alguns conservadores, ela ocorreu e ainda ocorre, saltando aos olhos de quem quer ver e sentir.

Essa linha de acontecimentos só foi possível em virtude da atuação das associações de classe, em especial das associações de magistrados, empenhadas e preocupadas que sempre estiveram com a prestação do serviço judicial ao povo. E a Amapar não ficou fora desse movimento. Pelo contrário. Sempre foi vanguardista nessa atividade e quem tem acompanhado a atividade associativa pode testemunhar o quanto contribuimos para o bem da magistratura nacional, fato notório e reconhecido dentro e fora do Estado.

No campo interno, exercemos, nas gestões que se seguiram, papel preponderante com a formação de comissões para elaboração de estudos a subsidiar o tribunal com fundamentação suficiente à conquista de diversos direitos, benefícios e melhorias em todo o Poder Judiciário, gerando entrega de melhor justiça à população.

O processo eletrônico é uma realidade, assim como a realização de audiências por meio digital. Nossa associação é a única do país a realizar assembleia por videoconferência.

A mútua, mantida por mais de trinta anos, que passava por uma crise institucional, assim como antes viveu a Judicemed, hoje está superavitária, com boa reserva, o que nos permite apresentá-la, sem medo, aos novos juizes que ingressam na carreira.

Nossa Escola da Magistratura, com quase 30 anos de existência, expandiu suas atividades por todo o Estado, de forma dinâmica e promissora, com a excelência dos cursos preparatórios a concurso e de aperfeiçoamento de magistrados tendo, inclusive, recebido premiação como a melhor escola da magistratura do país.

Nossos Departamentos têm trabalhado intensamente na busca de estudos a não só garantir direitos e defender as prerrogativas dos magistrados, mas também a proporcionar o bem estar dos associados.

Tem sido comum, atualmente, com a proliferação das ações judiciais, os ataques aos juizes, com ofensas e desmandos, e a Amapar tem sido pronta e enérgica na ação em defesa do magistrado, em quaisquer das esferas.

E ainda, há nossas sedes, que a cada gestão recebem novos incrementos e benfeitorias, tudo a garantir que o associado sinta a Amapar como sua própria casa, com momentos de lazer e confraternização inesquecíveis.

No final do ano que vem, inauguraremos a nossa sede própria, autosustentável e com espaço suficiente a atender às nossas demandas, nos diversos setores, seja o financeiro, de comunicação social, eventos, reservas, secretaria, gerência, Judicemed, além de proporcionar um espaço próprio reservado aos magistrados, sem distinção de categoria.

O que antes se iniciou com ideal corporativo, hoje ganha força com uma série de atividades institucionais que buscam também a melhor ação jurisdicional, com comunicação fácil dirigida ao cidadão e atendimento primordial ao jurisdicionado.

Surge aí o tempo da responsabilidade social, onde o magistrado deixa de falar somente no processo, e sai do gabinete em direção ao povo, usando da sua criatividade para, além de julgar, estabelecer linha direta de comunicação com o cidadão, prevenindo novas demandas, buscando a composição de conflitos, esclarecendo o jurisdicionado quanto aos seus direitos e deveres, e fazendo o que o juiz deve fazer: entregar a cada um aquilo que realmente lhe pertence, no tempo ideal. São os programas como Justiça no Bairro, Juizado Móvel no Trânsito, Combate à Evasão Escolar, Justiça se Aprende na Escola, Grão de Mostarda, dentre tantos outros com destinação exclusivamente social, a atender toda a população de forma rápida, eficiente, efetiva e com JUSTIÇA.

Além disso, ainda temos o Sersocial, criado e mantido pela Amapar, e o Instituto Não Violência, na Região Metropolitana de Curitiba, em Piraquara, todos com vista à inclusão social e profissional de crianças menos favorecidas.

E tem muito mais. Basta pesquisar nosso sítio eletrônico e lá veremos outras ações, dentre elas os eventos culturais, sociais e esportivos, tudo a proporcionar momentos de confraternização entre os magistrados.

Os 55 anos da Amapar podem ser comemorados com êxito, que deve ser compartilhado com todos os seus dirigentes que, desde a sua fundação, nunca se furtaram às suas responsabilidades como líderes que foram.

Podemos dizer que hoje a Amapar alcança a excelência de um trabalho associativista de resultado e com reflexos bastante positivos também ao povo paranaense.

Aplaudamos, pois, todo o trabalho realizado por aqueles que fizeram da nossa associação uma entidade de peso, digna de respeito e que, atualmente, é sempre ouvida, em temas vários de interesse social, pelos diversos setores da sociedade civil organizada no Paraná e no Brasil.

A todos nós, PARABÊNS!

Esta revista comemorativa traz um pouco da nossa história. Tenham uma boa leitura e, desde já, agradeço a enorme colaboração da nossa querida Diretora do Departamento de Memória e Arquivo, Profª. Chloris Elaine Justen de Oliveira.



Fernando Swain Ganem
Presidente da Amapar
Gestão 2012-2013

Novos Rumos para o Judiciário Paranaense

A Associação dos Magistrados do Paraná completou 55 anos em 11 de agosto de 2012.

A fundação da Amapar remonta ao ano de 1957, quando a população do Paraná beirava os quatro milhões de habitantes. O Estado contava com 79 comarcas, o Tribunal de Justiça com 11 membros e a magistratura aproximadamente com cem magistrados.

Em 1957, o saudoso juiz Alceste Ribas de Macedo, numa atitude inédita, mudou os rumos do Poder Judiciário paranaense. Criou, com um grupo de juízes, uma associação original, promovendo a integração do juiz, intensificando o intercâmbio cultural, fortalecendo o espírito de cooperação e solidariedade entre seus membros e incentivando outras unidades da Federação a seguir seu exemplo.

A Nação, à época, recém saía de uma ditadura e, em pleno pós-guerra, estava aprendendo a viver uma democracia. Não havia tradição em associação de classe, muito menos nos meios forenses. No Poder Judiciário, o padrão de comportamento estabelecido, a tradição, era do juiz sóbrio, sisudo, membro de uma elite intelectual, comportamento fidalgo, mesmo que isto não correspondesse ao seu perfil pessoal. O conceito de imparcialidade do magistrado era proporcional ao seu distanciamento da sociedade, incluindo seus próprios pares. Juiz só “falava” nos autos, sua palavra era definitiva e não era para ser contestada. E desembargador era tudo isso e mais ainda, inacessível às partes, advogados e aos próprios juízes.

1957



**ALCESTE RIBAS
DE MACEDO**
* 1914+2000

Estudioso e eloquente, inabalável em suas convicções, defensor intransigente da magistratura. Fundador da Associação dos Juízes do Paraná. Consagrado líder dos magistrados e exemplo para as gerações futuras.

Homenagem ao Des. Segismundo Gradowski - 1ª fila: Isidoro João Brzezinski, Aran Machado, Arthur Heráclio Gomes Filho, Edmundo Mercer Júnior, Segismundo Gradowski, José Pacheco Júnior, José Said Zanlute, Leandro Freitas Oliveira. 2ª fila: Heitor Monteiro Espínola Filho, Edmar Cordeiro Machado, Marçal Justen, Alceu Conceição Machado, Osíres de Jesus Fontoura. 3ª fila: Wilson Reback, Althair Costa e Souza, Júlio Ribeiro de Campos, Clínio Teixeira dos Santos, José Meger, Antônio Domingues dos Santos Júnior e Altair F. Patitucci.



Fundação da
Associação dos
Juizes do Paraná

Criação do Serviço
Médico e da Caixa de
Assistência Médica

Instalação da
Associação em sala
comercial

Regularização dos
vencimentos da
magistratura

Palestras jurídicas

Toga e literatura

Fundada a Associação dos Juizes

Finalidade da entidade representativa da classe – Velha aspiração dos magistrados – Sócios fundadores – A nova diretoria – Fala à “GAZETA DO POVO” o Dr. José Pacheco Jr.



O JUIZ JOSÉ PACHECO JUNIOR. QUANDO FALAVA A REPORTAGEM.

Presidentes do TJ

José Munhoz de Mello, Eduardo Xavier da Veiga, Manoel Lacerda Pinto, Lauro Sodré Lopes

Governadores

Moisés Lupion, Ney Braga

Presidentes da Assembleia Legislativa

Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, Nilson Ribas, Guataçara Borba Carneiro, Vidal Vanhoni

1957

- Tratado de Roma cria a Comunidade Econômica Europeia
- Rússia lança o primeiro satélite artificial Sputnik I
- Começa a construção de Brasília

1959

- Fidel Castro depõe Fulgêncio Batista e toma o poder em Cuba
- Eclode a Guerra do Vietnã

O início

Em julho de 1957, um fato inusitado ocorreu na cidade de Londrina. O juiz de direito Ismael Dorneles de Freitas, titular da 1ª Vara Criminal, matou a tiros um advogado, numa das ruas da cidade. O magistrado vinha sofrendo ameaça pública e, ao retornar para casa, percebeu que era seguido, mudou de percurso e divisiu o perseguidor. Encostou-se numa cerca e, ao ouvir som característico, o engatilhar de uma arma, virou-se, disparou dois tiros naquela direção e acertou o referido advogado que, de arma em punho, veio a falecer, apesar do imediato atendimento médico. A comoção no meio judiciário foi enorme. No Tribunal de Justiça a ação obedeceu ao curso normal. O Des. José Munhoz de Mello presidiu o processo em longo júri, oitiva de dezenas de testemunhas, debates, réplicas e trélicas ocorreram no plenário do Tribunal de Justiça e, ao fim, concluído com a absolvição do réu.

A imparcialidade do julgamento exigiu a não interferência dos colegas magistrados, obrigados a ouvir em silêncio as inverdades e os argumentos desairosos, constrangimentos próprios em

demandas dessa natureza.

E nessa conturbada ocasião, bem naqueles dias, o juiz de direito Dr. Alceste Ribas de Macedo e negou-se a aceitar a proposta de discriminação salarial, pactuada entre o Tribunal de Justiça e o Executivo. O Presidente Munhoz de Mello explicou-lhe que os desembargadores pleiteavam um aumento de vencimentos e que o Estado não tinha condições de suportar tal despesa para toda a magistratura e queria que ele, juiz da 1.ª Vara Cível, solicitasse aos demais magistrados compreensão para a medida discriminatória e que, no decorrer do período, todos seriam atendidos.

O juiz Alceste, homem fino e educado, disse:

- Presidente, não tenho autoridade para em nome de meus colegas fazer um acordo e considero uma traição concordar com esse aumento.

Ao que o Des. Munhoz de Mello respondeu:

- Dr. Alceste, o senhor tem razão. Se vamos pleitear um aumento que seja para toda a magistratura.

Nada mais restava! Estavam todos desgastados, apreensivos.

1960

- Inauguração de Brasília, a nova capital do Brasil
- Soviéticos erguem o Muro de Berlim, separando seu setor do setor ocupado pelos ocidentais

1961

- Jânio Quadros assume a Presidência da República, seis meses após a renúncia e assume o vice-presidente João Goulart
- Iúri Gagárin torna-se o primeiro homem a viajar ao espaço

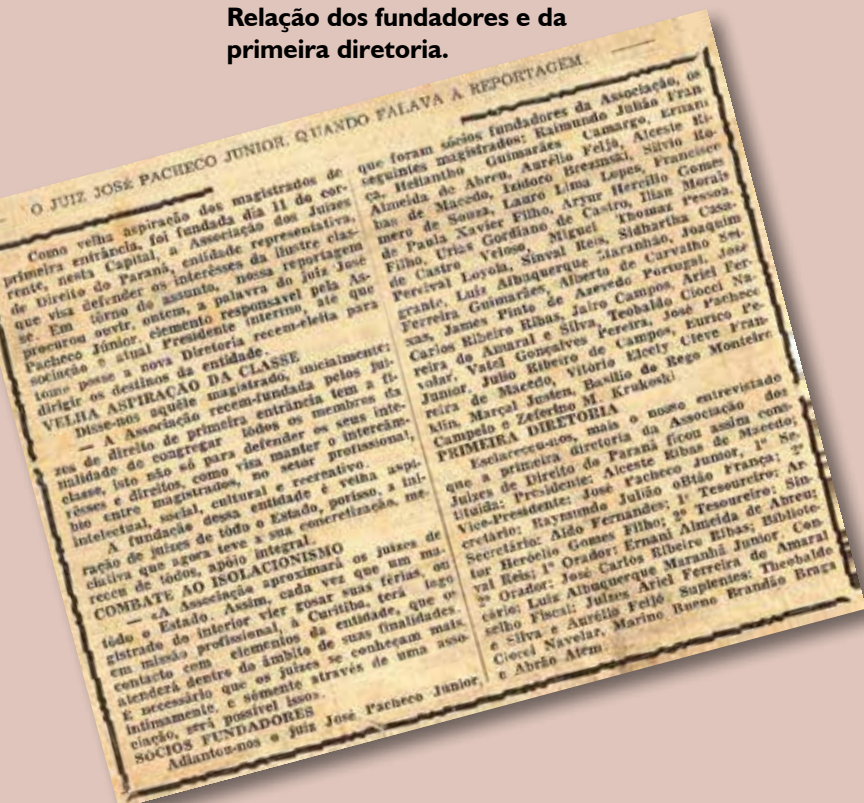
1962

- Instalação do Tribunal de Justiça em três andares do Palácio da Justiça

1962

A criação

Gazeta do Povo – 20.08.1957
Relação dos fundadores e da primeira diretoria.



Então, reuniram-se com o firme propósito de fundar a Associação dos Juizes do Paraná com o objetivo de congregar os magistrados, defender seus direitos, promover intercâmbio social, cultural, recreativo e profissional, numa união de esforços em prol do fortalecimento da classe.

Incansáveis e determinados, estes homens predestinados conseguiram mudar a mentalidade vigente. Inicialmente propuseram palestras, congressos culturais e jurídicos, almoços e encontros recreativos, institucionalizando atividades que proporcionassem entrosamento e conagração entre os magistrados. A aceitação inicial da organização foi custosa, difícil, inclusive entre seus membros. Os desembargadores mais antigos abominavam os sindicatos, ligavam-nos às ações getulistas e inicialmente se afastaram. Mas o grupo dos juizes iniciou com novos pleitos: as reivindicações remuneratórias, exigindo pontualidade e integralidade no pagamento dos proventos.

1963



SEGISMUNDO GRADOWSKI
* 1897 + 1998

Primeiro presidente da Associação dos Magistrados do Paraná. Conceituado por suas ações conciliadoras e atitudes de retidão e bondade. Foi o mais idoso magistrado a presidir a entidade.



Sociedade Garibaldi
Sede do Tribunal de
Justiça do Paraná
de 1944 a 1962.

A instalação

Em 08 de dezembro de 1957, Dia da Justiça, foi inaugurada solenemente a primeira sede da Associação dos Juizes do Paraná, em imóvel alugado, na Rua Dr. Murici, n.º542, 10º andar, salas 1001, 1002 e 1003. Cerimônia concorrida, presentes magistrados, promotores de Justiça, advogados. O Des. José Munhoz de Mello, presidente do TJPR e o Dr. Alceste Ribas de Macedo desataram a fita simbólica. Usaram da palavra o orador da entidade, Juiz Ernani de Almeida Abreu, o Dr. José Rodrigues Vieira Neto, representante da Ordem dos Advogados – Seção Paraná, o Dr.

Octacílio Arcoverde, Procurador da Justiça, o Dr. Sebastião Vieira Lins e o Des. José Munhoz de Mello. Todos estes, reconhecidos mestres da oratória, de comprovado saber jurídico, que reconheciam a relevância daquele ato e a importância de uma associação de classe para congregar os magistrados paranaenses.

Agora, estes integrantes já se apresentavam como uma categoria profissional e como tal se comportavam. As decisões aprovadas, as opiniões emitidas em concorridas assembleias fortaleceram os laços de amizade, o respeito entre seus membros.

Reestruturação da entidade como Associação dos Magistrados do Paraná

Incorporação do “nível universitário”

Confraternização entre os magistrados

Criação dos departamentos Judicemed, Relações Públicas, Assistência Social, Cultural e Propaganda

Associação dos Magistrados do Paraná



Fundada com o nome de Associação dos Juizes do Paraná, registrada e regida por estatutos próprios, existiu até 25 de setembro de 1962, quando se transformou, por unanimidade, em Associação dos Magistrados do Paraná.

Em junho de 1962, em reunião extraordinária especialmente convocada, o Juiz Alceste Ribas de Macedo pediu seu afastamento da presidência, em virtude de sua nomeação ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Fato semelhante já havia ocorrido com o vice-presidente, José Pacheco Júnior. Assumiu então, interinamente a presidência, o Juiz de Direito Percival Loyola, 2º secretário, que fez significativa saudação ao colega Alceste, para lembrar o incansável esforço e decidido empenho e exaltar sua liderança e capacidade intelectual, ao conduzir por quase cinco anos a entidade, visando sempre o prestígio do juiz, o entrosamento e fortalecimento da família judiciária paranaense.

Presidente do TJ

Antônio Franco Ferreira da Costa

Governador

Ney Braga

Presidente da Assembleia Legislativa

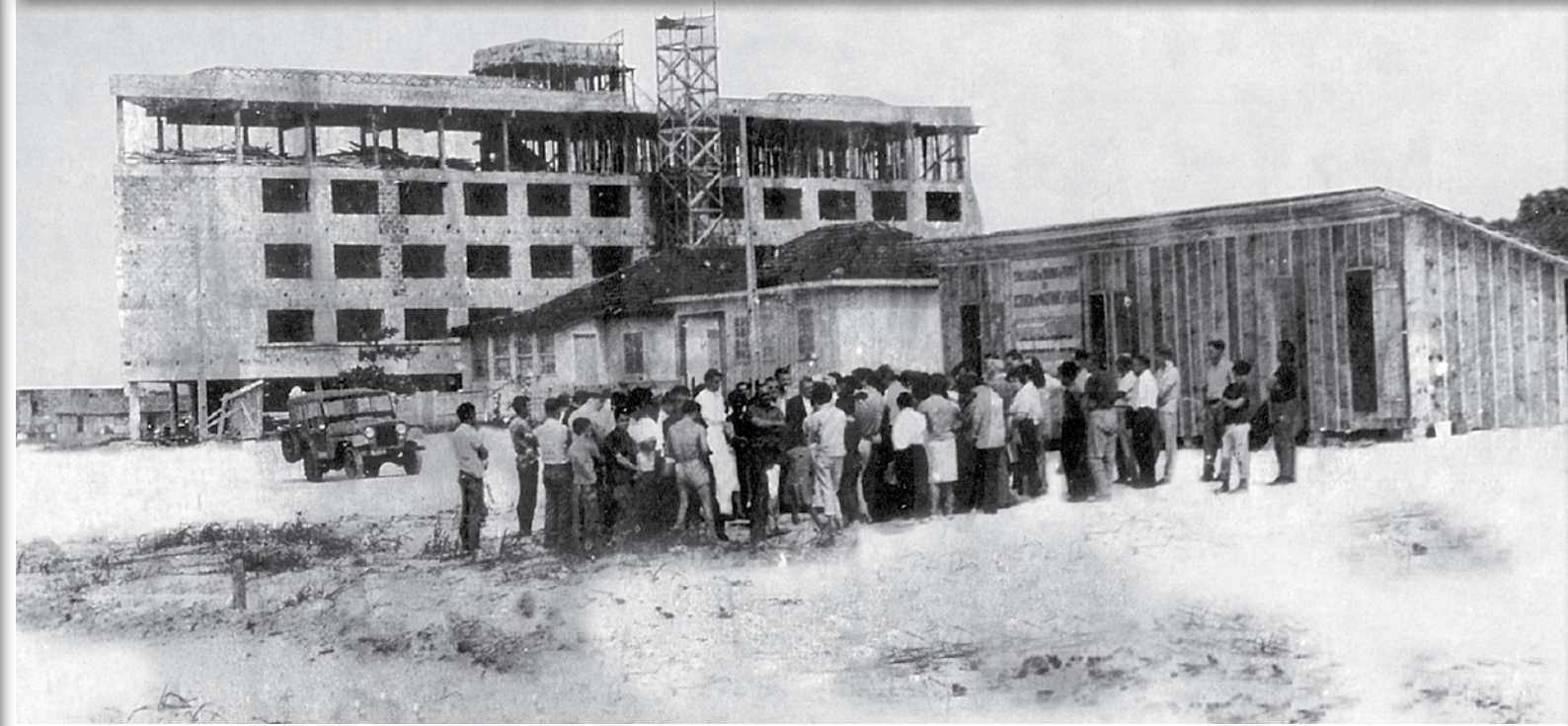
Agostinho José Rodrigues, Antônio Ferreira Ruppel

1962

- Passeata dos 100 mil sai às ruas no Rio de Janeiro
- Mudança de regime político brasileiro – parlamentarismo

1963

- Através de plebiscito, o Brasil retorna ao presidencialismo
- John F. Kennedy é assassinado em Dallas



Lançamento da pedra fundamental da Colônia de Férias de Guaratuba.

Inauguração da Sede Francisco de Paula Xavier Filho, em Foz do Iguaçu.



1964

- 31 de março de 1964 – Revolução Militar
- Golpe militar depõe João Goulart

- Junta militar edita o Ato Institucional nº1 e são cassados direitos políticos de 102 brasileiros e marcadas as eleições para 1965
- Criado o Serviço de Nacional de Informação - SNI
- Assume a presidência da República o General Humberto de Alencar Castello Branco

1964

A alteração estatutária se fazia necessária, e foram designados os magistrados Marçal Justen, Marino Bueno Brandão Braga e Percival Loyola para a elaboração do projeto. Na assembleia de setembro do mesmo ano, o estatuto apresentado continha fundamental alteração: a Associação dos Juízes do Paraná passava a se denominar Associação dos Magistrados do Paraná, com os mesmos fundamentos e princípios de valorização da Justiça e respeito à função judicante. O Juiz Marçal Justen propôs ainda a nomeação de uma Junta Governativa até a realização das eleições. Por unanimidade, as duas propostas receberam aprovação.

A Junta Governativa, integrada pelos magistrados Arthur Heráclio Gomes Filho, presidente, Eurico Pereira de Macedo e Marino Bueno Brandão Braga, secretário e tesoureiro, respectivamente, deferiu as propostas para integrarem o quadro associativo os seguintes desembargadores: Antônio Franco Ferreira da Costa, Lauro Sodré Lopes, Francisco Cunha Pereira, Edmundo Mercer Júnior, Francisco de Paula Xavier Filho, Isidoro João Brzezinski, José Pacheco Júnior, Jairo Campos, Segismundo Gradowski, Alceste Ribas de Macedo, Cid Campêlo, James Portugal Macedo e o Juiz de Direito José Virgílio Castelo Branco Rocha.



Seminário Regional da Magistratura Paranaense - Ponta Grossa - 1975
Presidente Luís Renato Pedroso
e Diretor Cultural Ary Florêncio Guimarães.

1965



Em Assembleia Geral ficou estabelecido que na Galeria de Retratos da Amapar sua foto ficará em evidência.

ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA * 1909 + 1968

Líder da Magistratura Brasileira.

Único dirigente a ter o mandato prorrogado. Empreendedor, prestigiado e influente no judiciário paranaense. Alegre e comunicativo, faleceu em pleno mandato na presidência da Amapar.



Congresso Estadual da Magistratura
Sessão Plenária – 10º Andar do Palácio da Justiça.



I CONGRESSO ESTADUAL DA MAGISTRATURA
Curitiba, 24 a 26 de novembro de 1978

1970

Em 1970, os magistrados paranaenses foram surpreendidos pelo arbítrio do comando militar que, à época, aposentou compulsoriamente o então presidente e o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Des. Alceste Ribas de Macedo e Des. José Pacheco Júnior. O ato, repudiado pela Amapar e pela comunidade jurídica, só obteve resposta quando, já falecido José Pacheco Júnior, Alceste Ribas de Macedo foi reconduzido ao cargo de desembargador. Fez-se Justiça. Foi uma década silenciosa, os magistrados passaram a descontar imposto de renda, mantiveram o foco no programa de saúde, elegeram o único presidente oriundo do quinto constitucional, Mercer Júnior, e aumentaram o patrimônio da Associação dos Magistrados do Paraná.

Encontros jurídicos e culturais

Início das obras da Colônia de Férias de Guaratuba

Transferência da sede administrativa da Amapar para o 3º andar do Palácio da Justiça

Regimento da Secretaria
Mandato do presidente da AMP prorrogado por aclamação em Assembleia Geral

Encontros sociais das esposas de magistrados, liderados por Dona Maria Franco Ferreira da Costa

Aquisição do terreno da Rua Cruz Machado

Toga e literatura

1980

A abertura política de 1980 encontrou juízes atuantes, dedicados aos estudos, menos circunspetos e que, ao instalarem a Escola da Magistratura do Paraná - Emap - trouxeram a colaboração de juristas nacionais e internacionais, comungando das mais variadas teses jurídicas, tornando o estabelecimento um celeiro de estudiosos do Direito. Hoje, a Escola da Magistratura do Paraná, detentora de Selo de Excelência da Enfam, é centro formador de magistrados, oferece curso de especialização, reconhecido pelo Ministério de Educação - iniciação funcional e treinamento com igual carga horária e conteúdo programático em seus nove núcleos: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Umuarama, Jacarezinho, Cascavel, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão. Nesse período, as mulheres matriculadas na Escola já eram em número expressivo. Aprovadas nos concursos públicos ingressaram na carreira e,



Presidentes do TJ

Ernani Guarita Cartaxo,
Segismundo Gradowski, Francisco
de Paula Xavier Filho

Governadores

Algacir Guimarães, Paulo Pimentel

Presidentes da Assembleia Legislativa

Antônio Ferreira Ruppel, Egon Pudell,
João Mansur, Erondy Silvério

1965

• Abolido o pluripartidarismo
e instituído o bipartidarismo:
Arena e MDB

1967

- Aprovada pelo Congresso Nacional a sexta Constituição Brasileira
- Assume a presidência o General Artur da Costa e Silva
- O Congresso Nacional é fechado e é baixado o Ato Institucional nº 5



atualmente, 40% da magistratura estadual são de mulheres.

A ampliação e reestruturação da Judicemed se fizeram urgentes e necessárias, permitindo maior abrangência, inclusive instalando-se no interior. Técnicos especializados orientaram as modificações regimentais, para cobrir os custos com as novas patologias e sofisticados tratamentos e o nosso plano de saúde é reconhecido como um dos melhores e mais bem sucedidos no gênero. Atualmente, a Judicemed está estruturado como Associação de Assistência Médico-Hospitalar dos Magistrados do Estado do Paraná e atende aos associados e seus dependentes de maneira peculiar e especializada cumprindo os objetivos propostos na sua criação. A Mútua Judiciária, seguro de vida em benefício do cônjuge do magistrado falecido, é embasada nos princípios de solidariedade, reciprocidade e cooperação mútua entre os membros da magistratura.

1968

- Estudantes franceses reagem à disciplina escolar e à estrutura acadêmica conservadora. Movimento de rebeldia se estende por toda a Europa
- O líder pacifista Martin Luther King é assassinado
- URSS invade a Tchecoslováquia
- Passeata dos 100 mil sai às ruas no Rio de Janeiro

1968

- Eleições indiretas para presidente, através de Colégio Eleitoral
- Israel vence a Guerra dos Seis Dias contra os países árabes
- Carlos Marighela funda a Ação Libertadora Nacional e inicia a luta armada contra o governo militar
- Instalação da Justiça Federal, com varas em Curitiba e Foz do Iguaçu

Congresso da Magistratura em 1996. Presidente Guilherme Luiz Gomes. Presentes Presidente do TJPR, Des. Henrique Cezar e Governador Jaime Lerner.

Gabinete do presidente da Amapar, em 1998. Ao fundo a tela de Érico da Silva e a imagem da Themis.



1990

1969



**EDMUNDO
MERCER JÚNIOR**
* 1908 + 1974

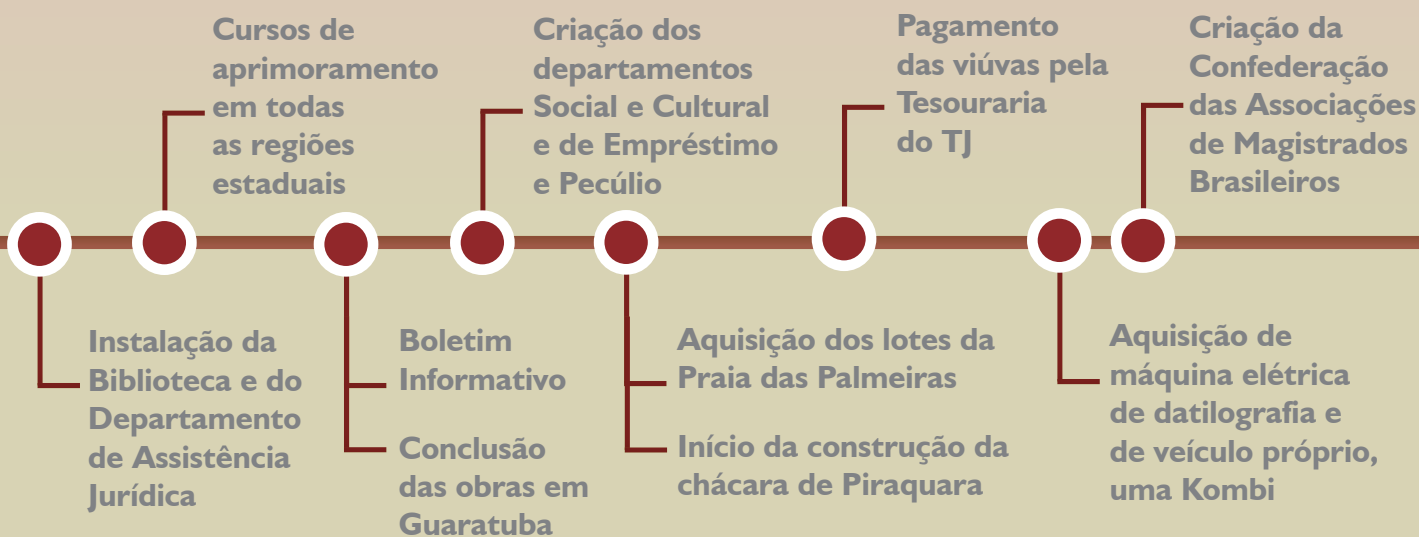
Patrono das Associações de Magistrados do Brasil.

Intelectual do Direito, jornalista, esportista, advogado de larga militância, amante da música, único presidente da entidade advindo do quinto constitucional. Eleito e reeleito presidente, faleceu no cargo.



A década de 90 revelou um magistrado ávido por aperfeiçoamento, com boas condições de trabalho, pleiteando melhorias para sua categoria profissional. Eclodiram grandes ideias e novos rumos foram traçados. A Amapar não era mais uma associação de classe empenhada apenas na preservação de seus direitos. Ultrapassou o corporativismo, rumou para a representatividade social, mobilizou-se para garantir a identidade profissional de seus membros e a sua própria. O juiz passou a participar de atos públicos, mo-

bilizações, comungando com a população suas expectativas, fortalecendo a Amapar: Cidadania é Justiça. Houve uma reengenharia administrativa, foram criadas as coordenadorias regionais, novos núcleos da Escola, campeonatos de futebol passaram a ser frequentes e patrocinados pela Amapar. O juiz não precisava mais se preocupar em comprometer sua jurisdição ao praticar esportes. Os magistrados aposentados, prestigiados e valorizados, passaram a participar ativamente da agremiação.



2000

Preocupados com o aumento da miséria e da violência, a falta de perspectiva da juventude, voltaram-se os magistrados para o atendimento da criança, da comunidade carente moradora próxima da Sede Esportiva Zeferino Krukoski. Surgiu o Sersocial, entidade prestadora de serviço social mantida com a contribuição financeira dos associados, proporcionando aos moradores do bairro Guarituba, em Piraquara, aulas de cidadania, atividades esportivas, avaliação médica, atendimento materno-infantil e escolar, cumprindo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, atendendo assim aos preceitos éticos e morais da instituição.

Foram criados projetos com programas de esclarecimento nas campanhas de inclusão social, acesso à Justiça, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Conciliação, Juizados Especiais, Defensoria Pública, Código do Consumidor, Código do Meio Ambiente, Mercosul, Direito Alternativo, Juros Bancários e todo e qualquer tema da atualidade e do interesse do magistrado, proporcionando-lhe embasamento para que



julgue com tranquilidade e correção.

Com o apoio da Amapar, passou o juiz a se manifestar em defesa da atividade judicante, a exigir respeito às decisões judiciais, ao direito do magistrado de acompanhar as reformas constitucionais. Esse debate público pela garantia das prerrogativas constitucionais e pela Justiça deflagrou uma crise política, dramática para a magistratura paranaense. O chefe do Poder Executivo descumpria decisões

Presidentes do TJ

Alceste Ribas de Macedo, Edmundo Mercer Júnior

Governadores

Paulo Pimentel, Haroldo Leon Peres, Pedro Viriato Parigot de Souza

Presidentes da Assembleia Legislativa

Armando Queiroz, Francisco Escorsin, Wilson Fortes

1969

- Assume a presidência o General Emílio Garrastazu Médici
- O Congresso Nacional é fechado. Cassação dos direitos políticos dos cidadãos, suprimido-se o direito de habeas-corpus e é implantada a censura
- Falecimento do Des. Antônio Franco Ferreira da Costa
- O americano Neil Armstrong é o primeiro homem a pisar na Lua
- O diplomata americano Burke Elbrick é sequestrado por um grupo de militantes políticos



Escola da Magistratura 2002
Diretor Gilberto Ferreira.

e, após 60 dias de interrupção das atividades forenses (greve), os magistrados tiveram suas reivindicações atendidas e garantidas pelo Supremo Tribunal Federal.

O terceiro milênio chegou. O juiz atual é um juiz moderno, homem ou mulher, um operador do Direito, participa da vida social da sua comunidade, pratica esportes, utiliza sofisticados aparelhos de comunicação, interage com o desembargador, discorda do presidente do Tribunal, mas continua trabalhando diuturnamente, sozinho nas suas decisões, isolado na comarca, consciente de sua representação social, de sua autoridade e de seu único compromisso, a Lei.

E, depois de tantos anos enfrentando toda sorte de adversidades, encontramos a Amapar - Associação dos Magistrados do Paraná - autônoma, independente, auto-suficiente na integral assistência aos seus membros, usando de mecanismos para amenizar as dificuldades na árdua missão de julgar e empenhada no fortalecimento do Judiciário, informando e divulgando suas ações por um Boletim Informativo virtual, pelas revistas Novos Rumos de periodicidade mensal, e Toga e Literatura, semestral, de um sítio na internet e, para melhor contato com a comunidade, um bem estruturado programa diário de rádio.

judiciais, externava comentários desairosos e agressivos sobre assuntos administrativos e financeiros do Tribunal de Justiça e deferia aumentos apenas para outras categorias profissionais. A Amapar tomou as medidas legais e, por decisão unânime da assembleia convocada, requereu o “impeachment” do governador, e o Tribunal de Justiça aprovou a intervenção federal. Foi um período de tensão, cinco meses em assembleia permanente

1970

- Instalação do Tribunal de Alçada
- Início da construção da Transamazônica
- Setembro Negro: massacre dos palestinos

1971

- Implantação do calçadão exclusivo para pedestres em Curitiba
- Início das obras da Hidrelétrica Itaipu Binacional

1972

- Comemoração dos 150 anos da Independência do Brasil

1972

Diretoria

1970/74 - Jayme Munhoz Gonçalves

1975 - Jayme Munhoz Gonçalves, Lauro Lima Lopes, Roberto Costa Barros

1976/80 - Jayme Munhoz Gonçalves, Lauro Lima Lopes e Irlan Prohmann Arco Verde

1981/82 - Lauro Lima Lopes, Antônio Domingues dos Santos Júnior

1982/83 - Sidney Mora, Oldori Campos Barbosa

1985/87 - Sidney Mora, Dionísio Sabatowski, Oldori Campos Barbosa

1988/91 - Edson Trevisan, Edvino Bochnia

1992/93 - Joel Pugsley

1994/95 - Dario Livino Torres e Dionísio Sabatowski

1996/99 - Roberto Sampaio da Costa Barros

2000/01 - Nelson Baptista Pereira

2002/03 - Luiz Fernando Keppen

2004/05 - Dirce e Luiz Fernando Keppen

2006/07 - Joseane Ferreira Machado Lima

2008/11 - João Maria de Jesus Campos Araújo, Marisa de Freitas

2012/13 - Ricardo Henrique Ferreira Jentsch, Giovanna de Sá Rechia





Colônia de Férias Des. Antônio Franco Ferreira da Costa

A construção da Colônia de Férias de Guaratuba durou seis anos, desde a aquisição do terreno até sua ocupação em 1972. Foi a primeira colônia de férias de magistrados do país. Após diversas ampliações e reformas tornou-se um verdadeiro hotel para atender e reunir os associados.

PRESIDENTES DA AMAPAR



1973



**MARINO BUENO
BRANDÃO BRAGA**
* 1920 + 1990

Discreto e habilidoso, enfrentou com galhardia e firmeza difícil período político. Escritor de obras jurídicas e literárias, pescador nas horas vagas, piloto de ultraleve e imortal da Academia Paranaense de Letras. Iniciou projetos culturais que permanecem até os dias de hoje.

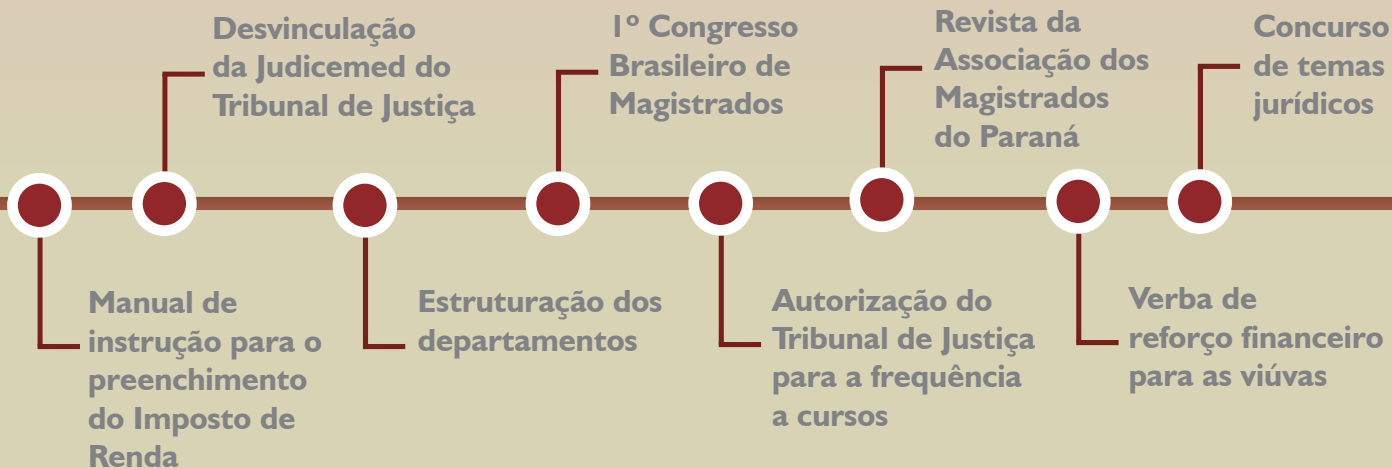
Os presidentes da Amapar

Vinte e um magistrados presidiram a Amapar. Líderes da classe, com suas diretorias empregaram o melhor de sua capacidade, com o objetivo de dar condições plenas ao magistrado de bem exercer a judicatura e proporcionar-lhe, e a seus familiares, apoio no âmbito cultural, jurídico e de saúde. Exemplo evidente desse propósito é o crescimento da Judicemed e da Escola da Magistratura do Paraná, o surgimento do Sersocial, a criação e ampliação de suas magníficas sedes.

O setor administrativo também cresceu. De três salas alugadas na Praça Zacarias, no Edifício Demeterco, hoje dispõe de espaço no Palácio da Justiça modernamente equipado e com pessoal capacitado para o atendimento ao associado. Em 2007, a

Amapar adquiriu uma área de 2.681 m² para a edificação da sua sede administrativa no Centro Cívico, na Capital.

São nove as sedes sociais e esportivas da Amapar: Colônia de Férias Des. Antônio Franco Ferreira da Costa, em Guaratuba; Sede Esportiva Des. Zeferino Krukoski, em Piraquara; Recreio dos Magistrados Des. Mercer Júnior, na Colônia Faria – Colombo; Sede Social Des. Paula Xavier Filho, em Foz do Iguaçu; Sede Social Des. Clodomir Costa Lima, Maringá; Sede Social de Londrina; Casa do Magistrado Des. Aurélio Feijó, no bairro Pilarzinho – Curitiba; Sede Social de Ponta Grossa e de Cascavel. Todos os locais são administrados pelos associados, juizes de direito.



Líderes de mérito

Nesta página estão registrados fatos interessantes sobre a trajetória dos magistrados presidentes da Amapar. Escolhidos, eleitos e reeleitos em acirradas e discretas disputas eleitorais, líderes de mérito, valorizam e prestigiam a magistratura paranaense.

Em 55 anos da Amapar, exerceram a presidência 21 magistrados.

Alceste Ribas de Macedo presidiu por cinco anos a Associação dos Juizes de Direito do Paraná. Em 1962, instalou-se uma junta administrativa, responsável pela escolha do presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, AMP, Segismundo Gradowski.

Em 1967 não houve eleição e o presidente Antônio Franco Ferreira da Costa e sua diretoria foram reconduzidos, pela necessidade de validar empréstimo bancário em seu nome. Infelizmente, Antônio Franco faleceu em plena gestão, o vice-presidente, Mercer Júnior completou o mandato e, no ano seguinte, foi eleito e reeleito presidente.

Edmundo Mercer Júnior foi o único presidente oriundo do quinto constitucional, da classe dos advogados.



Em 1981, o eleito Jorge Andrigueto, ganhou por um voto, sendo o único representante da chapa vencedora, pois os demais membros compunham a chapa adversária.

Aurélio Feijó, detentor do título de Doutor em Direito, faleceu igualmente no cargo. Luís Renato Pedroso ocupou a presidência por nove anos. Substituiu o falecido Feijó em 1975 e nas gestões seguintes foi eleito e reeleito, a mesma escolha ocorreu na década seguinte, 1985.

Pedroso, reeleito em 1986, teve o último ano da gestão suprimido, para evitar a data coincidente com a eleição da cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná.

Alceste Ribas de Macedo, Antônio Franco

Presidente do TJ

Edmundo Mercer Júnior,
Henrique Nogueira
Dorfmond

Governador

João Mansur, Emílio
Gomes

Presidente da Assembleia Legislativa

João Mansur

1973

- Crise do petróleo – OPEP
- Golpe militar comandado pelo General Augusto Pinochet depõe o presidente do Chile, Salvador Allende

- O Presidente Alceste Ribas de Macedo e o Vice-Presidente José Pacheco Júnior são aposentados compulsoriamente



Presidentes Roberto P. Bacellar, Guilherme Luiz Gomes, Francisco de Paula Xavier Neto, Miguel Kfourri Neto, Gil Francisco Fernandes Guerra, Ruy Fernando de Oliveira, Luiz Cezar de Oliveira e Gilberto Ferreira.

Ferreira da Costa, Edmundo Mercer Júnior, Luís Renato Pedroso e Francisco de Paula Xavier Neto ocuparam a presidência da entidade em mais de uma gestão.

O 5.º presidente, Marino Braga, autor de obras literárias e jurídicas, é imortal da Academia Paranaense de Letras e Miguel Kfourri Neto, 19.º presidente, é membro fundador da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

Sete deles presidiram o Tribunal de Justiça do Paraná, Alceste Ribas de Macedo, Segismundo Gradowski, Antônio Franco Ferreira da Costa, Edmundo Mercer Júnior, Marino Bueno

Brandão Braga, Luís Renato Pedroso, Miguel Kfourri Neto e, a presidência do Tribunal de Alçada do Paraná, Aurélio Feijó, Luís Renato Pedroso, Jorge Andrigueto, Lauro Lima Lopes e Francisco de Paula Xavier Neto.

Exerceram a direção geral da Escola da Magistratura do Paraná, Ruy Fernando de Oliveira, Gilberto Ferreira, Roberto Portugal Bacellar que, atualmente, dirige a Escola Nacional da Magistratura. Paulo Roberto Vasconcelos e Fernando Swain Ganem foram alunos da EMAP, em Curitiba e em Londrina, respectivamente.

Antes do ingresso na carreira, três foram

1974

- Escândalo de Watergate – EUA – renúncia do Presidente Richard Nixon
- Revolução dos Cravos em Portugal, encerrando 40 anos da ditadura salazarista

- Assume a presidência do Brasil, o General Ernesto Geisel. Abertura política. Problemas econômicos brasileiros
- Vladimir Herzog é morto em São Paulo
- Implantação do Sistema de Transporte Coletivo em Curitiba – Eixo Norte-Sul
- Criação do Museu da Justiça

1974



militares, Jorge Wagih Massad, Guilherme Luiz Gomes e Miguel Kfourri Neto; dois professores normalistas, Segismundo Gradowski e Edmundo Mercer Júnior, sete exerceram a advocacia, Edmundo Mercer Júnior, Aurélio Feijó, Luís Renato Pedroso, Sidney Mora, Guilherme Luiz Gomes, Gilberto Ferreira e Paulo Roberto Vasconcelos; sete atuaram como promotores de justiça Alceste Ribas de Macedo, Segismundo Gradowski, Edmundo Mercer Júnior, Lauro Lima Lopes, Luís Renato Pedroso, Jorge Andrigueto e Ruy Fernando de Oliveira; um foi jornalista, Edmundo Mercer Júnior e um radialista, Ruy Fernando de Oliveira. E ocuparam o cargo de prefeito municipal Edmundo Mercer Júnior, em Tibagi (1937) e Antônio Franco Ferreira da Costa, em Morretes (1938).

Dois irmãos dirigiram os destinos da Asso-

ciação, Ruy Fernando de Oliveira e Luiz César de Oliveira. Francisco de Paula Xavier Neto e Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra são tio e sobrinho e, o último, neto de magistrado. Marino Braga e Xavier Neto são filhos de magistrados, Segismundo Gradowski e Jorge Andrigueto, pais de magistrados.

Possuem obras publicadas: Marino Braga, Luís Renato Pedroso, Francisco de Paula Xavier Neto, Ruy Fernando de Oliveira, Gilberto Ferreira, Roberto Portugal Bacellar, Miguel Kfourri Neto. Os últimos são Mestres e Kfourri é Doutor em Direito, reconhecido internacionalmente e considerado um dos maiores especialistas em sua área. Fernando Swain Gannem é técnico em desenho industrial. Dezoito dirigentes nasceram no Paraná, Aurélio Feijó

1975



**AURÉLIO
FEIJÓ**
*1915+1975

Doutor em Direito, afável e comunicativo, deixou o mandato incompleto pelo seu prematuro falecimento.



Homenagem da Câmara Legislativa de Curitiba pelo cinquentenário da Amapar

Ruy Francisco Thomaz, representando Xavier Filho, Gilberto Ferreira, Sidney Mora, Luis Renato Pedroso, Vereador Valdemir Dias, Paulo Vasconcelos, Jorge Wagih Massad, Guilherme Luiz Gomes, Luiz César de Oliveira e Ruy Fernando de Oliveira, presidentes da Amapar.

Luiz Gomes, Roberto Portugal Bacellar, Gilberto Ferreira, Miguel Kfourri Neto e, violonistas Luiz Cezar de Oliveira, Jorge Wagih Massad, Roberto Portugal Bacellar. E ainda há um piloto de ultraleve, Marino Braga, um praticante de tiro ao alvo, Gil Guerra e um mergulhador, Miguel Kfourri Neto, além de intrépidos motociclistas de estrada: Jorge Wagih Massad e Roberto Portugal Bacellar.

Alceste Ribas de Macedo dá nome à medalha de mérito da Amapar e com ela foram distinguidos Francisco de Paula Xavier Neto, Ruy Fernando de Oliveira, Sidney Mora e Miguel Kfourri Neto.

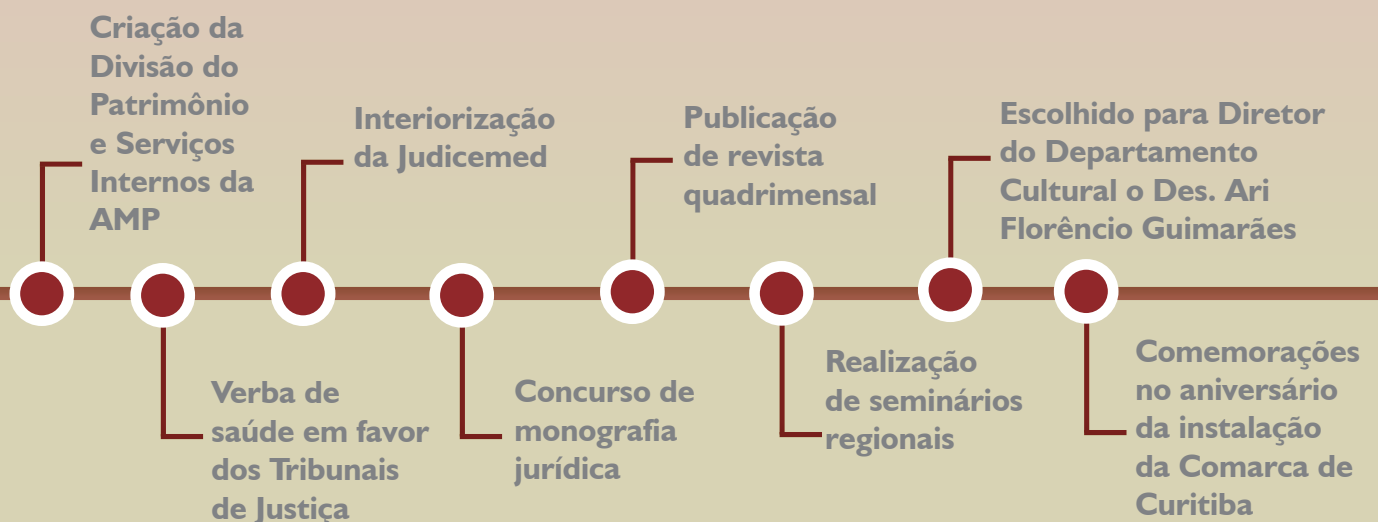
Agraciados com comendas de honra Antônio Franco Ferreira da Costa, aclamado Líder da Magistratura Brasileira; Edmundo Mercer Júnior, Patrono das Associações de Magistratura do Brasil; Francisco de Paula Xavier Neto, único a presidir a Associação dos Magistrados Brasileiros e benemérito da entidade nacional; Luís Renato Pedroso e Lauro Lima Lopes, detentores da Medalha do Mérito Judiciário e Jorge Andrigueto, da Cruz do Mérito Judiciário; detentor das Medalhas de Mérito Acadêmico da Escola Paulista da Magistratura e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, Roberto Portugal Bacellar.

era carioca, Mora é paulista, Paulo Vasconcelos mineiro e Kfourri mato-grossense.

O mais jovem a assumir a presidência da Amapar foi Roberto Portugal Bacellar, aos 39 anos, e o mais idoso Segismundo Gradowski, aos 65 anos de idade.

São bacharéis pela Pontifícia Universidade Católica, Bacellar e Vasconcelos, pela Faculdade de Curitiba, Luiz César, Guilherme, Massad e Gil Guerra, pela Universidade do Brasil, Aurélio Feijó e pela Universidade Estadual de Maringá, Kfourri e o atual, Fernando Ganem. Os demais cursaram a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Alguns deles se distinguiram no futebol: Edmundo Mercer Júnior, Jorge Andrigueto, Jorge Wagih Massad, Gilberto Ferreira, Guilherme





Sede Esportiva Des. Zeferino M. Krukoski

A Amapar teve incontáveis dificuldades para sanear e drenar a área em Piraquara, sujeita a inundações e alagamentos. Após solucionar os incidentes de ordem prática e jurídica, comodato, passagem da estrada, aquisição de área contígua, compactação do terreno, construção do lago, só em 1998, quase trinta anos depois, foi possível inaugurar a sede esportiva. Atualmente, com estrutura de clube social, recebe esportistas, pescadores e associados, que ocupam os salões de festas, as quadras e toda a área de lazer da Sede.

Zeferino Krukoski visitava frequentemente o local para resolver os inúmeros problemas que aí surgiam. Foi um magistrado dedicado às causas da Justiça.



Diretoria

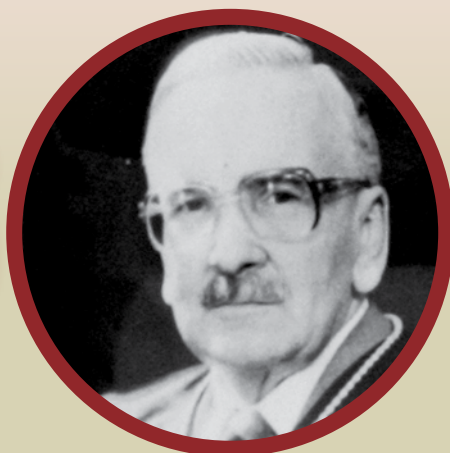
1975/80 - Zeferino Krukoski, Cláudio Nunes do Nascimento, Plínio Cachuba
1981/82 - Marino Braga, Frederico Mattos Guedes, Orlando Rocha Faria
1983/87 - Marino Braga
1988/91 - Raul Luiz Guttmann
1992/93 - José Aníbal de Macedo Carneiro
1994/95 - Robson Marques Cury
1996/97 - Guilherme Luiz Gomes
1998/99 - Marcos de Luca Fanchin
2000/01 - Luiz Osório de Moraes Panza
2002/03 - Sidney Bastos Marcondes
2004/05 - João Vicente de Oliveira
2006/07 - Jorge Sato e Eduardo Lino Bueno Fagundes
2008/09 - José Augusto Gomes Aniceto, Vitor Roberto Silva
2010/11 - Marco Vinícius Schiebel e Vitor Roberto Silva
2012/13 - Marco Vinícius Schiebel e Vitor Roberto Silva

A família do magistrado

O presidente da Amapar, em 1990, criou um setor de atendimento às viúvas dos magistrados. Havia constante preocupação com a família do associado falecido, pois a pensão correspondia à metade dos valores pagos ao marido em vida. Em 1988, após muitas reuniões e contatos, o presidente Xavier Neto finalmente conseguiu a integralização dos vencimentos das viúvas, uma vitória para a magistratura paranaense. As viúvas, então, organizaram-se, reuniram-se e estabeleceram um regulamento, pleiteando sua aprovação. Na Assembleia Geral de janeiro de 1992, o Estatuto da Associação foi alterado para oficializá-lo. O cônjuge supérstite, desde então considerado associado e com matrícula própria, passou a usufruir de todas as prerrogativas, excetuando a elegibilidade, voto em questões da magistratura, desde que se inscrevesse no prazo de 90 dias e pagasse



1975



**LUÍS RENATO
PEDROSO**
* 1925

Primeiro juiz de direito a presidir a Amapar. Reconhecido pelos dotes de oratória, teve marcante presença na história da magistratura paranaense. Em face do falecimento do antecessor, assumiu a vice-presidência e nas gestões seguintes foi eleito e reeleito presidente.

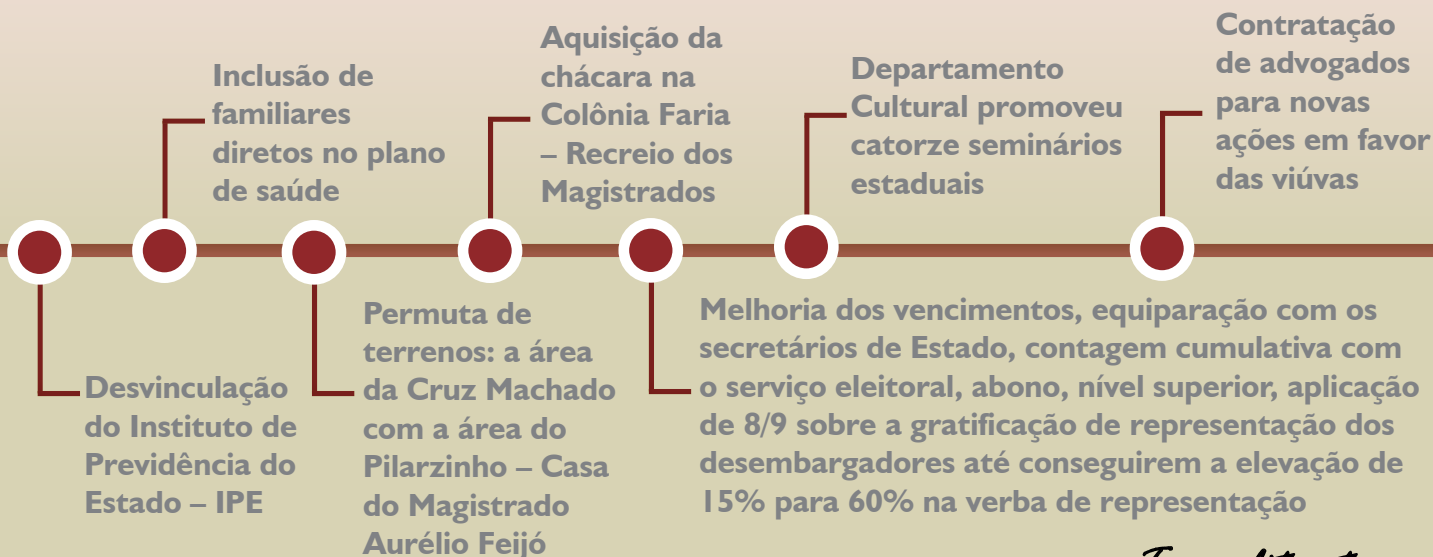
o equivalente a 5% dos valores recebidos. E assim surgiu o primeiro Departamento de Pensionistas da magistratura brasileira. As entidades co-irmãs solicitaram os seus préstimos para instituir nos Estados modelo igual, assim como a Associação dos Magistrados Brasileiros.

HISTÓRICO

Nos arquivos do Poder Judiciário paranaense, observa-se que os presidentes da Amapar e do Tribunal de Justiça procuraram sempre amparar e prestigiar os familiares do colega falecido. Era uma preocupação constante, uma vez que as viúvas recebiam uma pensão de 50% dos valores pagos ao marido em vida. Os presidentes do TJPR, Des. Antônio Franco Ferreira da Costa, em 1963, estendeu o benefício de pensão às filhas, enquanto solteiras fossem e, em 1971, o Des. Edmundo Mercer Júnior, após tratativas, assumiu como depositário essas pensões, em conta no Banestado. Os valores só poderiam ser revistos por ação judicial, e mandou pagar às viúvas o que lhes era devido. A partir daí, o Departamento Econômico-Financeiro do Tribunal de Justiça passou a fazer o pagamento das pensionistas, supervisionado pela Amapar. A Superintendência do Instituto de Previdência do

Estado e as Secretarias do Governo negavam os pagamentos às viúvas do Judiciário, propunham acordos que deixavam de cumprir, inclusive as sentenças prolatadas. Durante os anos subsequentes várias ações foram propostas para regularização dos valores - 1975, 1977, 1979 – de atualização de vencimentos, abono, diferenças de aumento, correções de 13.º salário. Em 1976, o Des. Luís Renato Pedroso conseguiu que um montante de atrasados fosse pago em prestações mensais. Em outras oportunidades, em despacho sem mais delongas, o presidente do Tribunal de Justiça, mandava pagar valores pleiteados e devidos aos pensionistas, encerrando intermináveis ações de cobrança.

O Des. Cláudio Nunes do Nascimento disse em acórdão que *direito do juiz é direito de pensionista*, antecipando-se à Emenda Constitucional que assim dispõe. Em 1999 as contribuições previdenciárias foram reduzidas de 14% para 10% por interferência direta do então presidente da Amapar, Des. Ruy Fernando de Oliveira e, atualmente, as viúvas nada recolhem para a Previdência. A contratação dos serviços jurídicos do advogado Gil Cezar Dantas Bruel é dessa época, início de uma série de conquistas. Em 2004 e em 2005 foram realizados os primeiros encontros em Foz do Iguaçu, I e II Congresso de Pensionistas.



“O juiz providenciou e previdenciou a cidadania da viúva, dia a dia, mês a mês, no seu trabalho”.

Maria Marta Saliba Oliveira

O Departamento de Pensionistas é regido por regulamento próprio e um conselho consultivo encarregado de apoiar as viúvas e orientá-las nos meandros da burocracia, que normalmente desconhecem e precisam enfrentar. As imprecisões nos valores de seus contracheques, por exemplo, são constantemente verificadas por comissão que exerce vigilância contínua dos ganhos, bem como do pagamento dos precatórios estaduais e o acompanhamento de ações judiciais em andamento nos juízos da Comarca.

Aprovaram uma logomarca, um cravo estilizado e o uso de flores dessa espécie na ornamentação dos eventos. As pensionistas participam de toda a programação da Ampar e do Tribunal de Justiça, comparecendo aos jantares, posses, instalação de comarcas, palestras e congressos. Anualmente são anfitriãs de um almoço de Natal, nas dependências da Casa do Magistrado Aurélio Feijó, confraternizando com os casais presidente do TJPR e da Ampar.



Presidentes do TJ

Henrique Nogueira Dorfmond, Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Marino Bueno Brandão Braga

Governadores

Jaime Canet Júnior, Ney Braga

Presidentes da Assembleia Legislativa

Paulo Afonso Alves de Camargo, Ivo Thomazoni, Fabiano Braga Cortes

1975

- Guerra civil em Angola
- Falecimento do Des. Aurélio Feijó

1976

- Argentina: desaparecimento de 10 mil opositores do governo do General Jorge Rafael Videla

1978

- 1º Congresso Estadual da Magistratura
- General Ernesto Geisel demite o General Sílvio Frotta por lançar-se candidato à presidência e envia emenda ao Congresso que acaba com o AI-5
- Comemoração dos 150 anos da instalação do Superior Tribunal de Justiça do Paraná

Diretoria

1990/93 - Maria Marta Saliba Oliveira

1994/95 - Neuza Guimarães de Souza

1996/97 - Heloísa Carvalho Leite Lopes

1998/99 - Rita Patrícia Vieira Martins Lessa

2000/01 - Rosa Bontorin Dipp

2002/03 - Doroti Santos Muniz

2004/05 - Rosa Bontorin Dipp

2006/13 - Marília de Oliveira Viel

DO DEPART^o DE PENSIONISTAS
M A CRIANÇA BRASILEIRA”
8 / OUTUBRO / 96



1979

- Promulgação da Lei Orgânica da Magistratura – LOMAN
- Assume a presidência o General João Baptista Figueiredo

- Retorno ao Brasil dos exilados políticos
- Revolução Islâmica: destituído o monarca Xá Reza Palevi, estabeleceu-se a República Islâmica, assumindo a presidência o Aiatolá Khomeini
- Criação de mais seis cargos de desembargador, totalizando 26 membros da Corte

1980

- Guerra civil em El Salvador
- Fundado o Sindicato Solidariedade, Lech Walesa, na Polônia

- Começa a guerra Irã-Iraque
- Fundação do Partido dos Trabalhadores
- Curitiba ganha dois parques e cinco bosques públicos
- Anistia e abertura política brasileira

1980

Toga e literatura

Integração e inclusão social

Por Joel Pugsley

O Projeto Sersocial, hoje departamento da Amapar, nasceu na gestão do presidente Gilberto Ferreira, em reunião da diretoria realizada na Casa do Magistrado Des. Aurélio Feijó, dia 13 de agosto de 2004.

Um grupo de associados da Amapar manifestava preocupação com o fato de não haver um serviço voltado à população necessitada fora da entidade. Esse inconformismo foi o embrião do projeto.

Fazia-se presente naquela ocasião, o colega Des. Octávio Jorge de Cesar Valeixo, de saudosa memória, com seu espírito inclinado ao atendimento de carentes, especialmente às crianças. Naquele encontro, constituiu-se um grupo de trabalho formado pelos associados Gilberto Ferreira, Joel Pugsley, Joscelito Giovanni Cé, Eulália Nalevaiko, Lino Bortolini, tam-



1981



**JORGE
ANDRIGUETO**
* 1925 + 1994

Professor de Direito, historiador, dirigiu a Amapar com segurança e equilíbrio, resguardando a independência do Judiciário e a harmonia da magistratura.

bém de saudosa memória, Antonio Domingos Ramina, José Luiz Dosciatti e Valter Ressel para estudar o desenvolvimento de um projeto de atendimento às crianças em risco e a prática esportiva, principalmente o futebol.

Realizou-se, então, outra reunião cuja ata para clareza é transcrita na íntegra:

“Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro reuniram-se na sede da Amapar - Associação dos Magistrados do Paraná - os magistrados aposentados José Luiz Dosciatti, Eulália Nalevaiko, Joel Pugsley, Lino Bortolini, mais o magistrado Joscelito Giovani Cé, o Des. Antonio Domingos Ramina, ausente justificadamente, “in memoriam” o Des. Octávio Jorge de Cesar Valeixo para, sob a presidência do magistrado Gilberto Ferreira, presidente da entidade, discutir o propósito de engajar a Amapar na participação e contribuição de atividade voltada para a comunidade. Deu-se, então, a criação do Serviço Social da Amapar, denominado provisoriamente de Sersocial, de cuja discussão e debate resultou o seguinte:

I. A finalidade do Sersocial é a integração, apoio, auxílio e tomada de medidas que possam contribuir para a inclusão social e desenvolvimento psicológico, espiritual e material de crianças, adultos, idosos e famílias carentes e de entidades governamentais ou não, que necessitem de apoio e orientação;

2. O Sersocial é órgão da Amapar e reger-se-á por estatuto próprio a ser elaborado, funcionando provisoriamente com a denominação que lhe é dada neste ato, possuirá conta bancária específica e terá por fonte de recursos doações e contribuições espontâneas;

3. São Membros Fundadores os presentes nesta reunião e membro nato e presidente de honra o presidente da Amapar;

4. Por consenso, escolheu-se a diretoria

Presidente: Joel Pugsley

1.º secretário: Eulália Nalevaiko

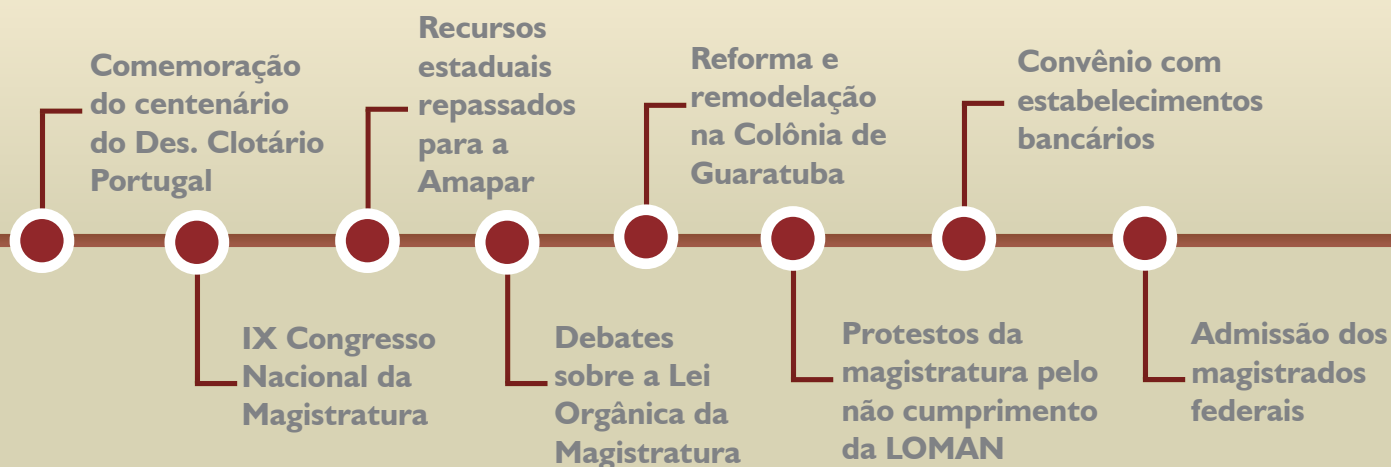
2.º secretário: Joscelito Giovani Cé

1.º tesoureiro: Lino Bortolini

2.º tesoureiro: José Luiz Dosciatti

5. No ato, cada qual dos presentes efetuou doação de R\$ 100,00;

6. A primeira iniciativa de trabalho estabeleceu-se nesta reunião: a prestação de auxílio, orientação e apoio às crianças carentes do Município de Piraquara e incumbiu-se uma comissão - Joel Pugsley, Eulália Nalevaiko e Joscelito Giovani Cé - para colher dados, consultar entidades e o Poder Público daquela localidade para as providências citadas. Encerrada a reunião e a pedido, eu, Joscelito Giovani Cé, segundo secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que após lida e aprovada segue assinada pelos membros supra nominados. Curitiba, vinte e seis dias do mês de agosto do





Presidente do TJ

Helianto Guimarães
de Camargo

Governador

Ney Braga

**Presidente da
Assembleia**

Legislativa

João Mansur

1981

• François Mitterrand é eleito presidente da França, pelo Partido Socialista

• Explode a bomba do Riocentro, no Rio de Janeiro

• Surgem os primeiros registros da Aids

• Criação do Estado de Rondônia

• Ronald Reagan torna-se presidente dos EUA

• Centenário de Instalação do Tribunal de Justiça do Paraná

ano de dois mil e quatro”.

No referido município, após verificação “in loco”, a comissão designada consultou diversos magistrados, o representante do Juizado de Piraquara, do Conselho Tutelar, da OAB, da Comunidade do Guarituba e decidiu pela instalação do serviço nessa região, próxima da Sede Esportiva Zeferino Krukoski, em imóvel particular na Rua Richard Lickefield, nº 05, locado pela Prefeitura de Piraquara em convênio com a Amapar.

No mesmo endereço e pelas mesmas pessoas, preocupadas com a falta de perspectivas da infância e juventude da região, instalou-se o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, para atender famílias carentes e necessitadas.

Cumprir registrar as conclusões do grupo que efetuou a verificação da região do Guarituba: “Principais problemas levantados: prostituição, álcool, drogas, analfabetismo, acomodação, furtos, pobreza, violência”. Na ocasião, informou-nos um Oficial de Justiça do perigo de se circular na localidade à noite.

Do Dr. Ruy Alves Henriques Filho, Juiz de Direito em Piraquara, naquela época respondendo pela Vara da Infância e da Juventude, recebemos integral apoio, inclusive a destinação de um veículo e pessoal à nossa disposição.

A denominação Sersocial passou a ser defi-

nitiva e estabeleceu-se o valor da contribuição mensal dos associados, R\$ 20,00. Após as reformas na casa-sede no Guarituba, em 2006, o atendimento passou a ser constante. Ficou estabelecida a criação e manutenção de uma escola de futebol para crianças a partir de sete anos e adolescentes até 17 anos.

Os principais requisitos a admissão ao projeto: crianças e adolescentes procedentes de famílias pobres, matriculados e em dia na escola, aferição verificada por assistentes sociais do Centro de Referência da Assistência Social.

Durante o tempo de atividade ininterrupta do Sersocial, exceto alguns dias de recesso em fins e início de ano, pelo projeto já passaram cerca de 400 alunos. A frequência oscila em alguns meses por motivo de desistências, mudanças de emprego, etc. Em média, participam 70 alunos ao mês. Os matriculados na escola de futebol recebem alimento fornecido pelo CRAS e Sersocial, uniformes, calçados, assistência psicológica e médica.

Em datas especiais como Natal, Semana Santa, Dia da Criança, Festas Juninas são todos presenteados com cestas-básicas, brindes, guloseimas. E, ainda, organizados torneios internos e externos em regiões vizinhas, recreação, competições e passeios. Uma visita a Paranaguá por estrada de ferro, a participação em desfiles no Sete de Setembro na sede do Município

1982

• Realização de eleições estaduais e municipais em todo o território nacional

• A Argentina é derrotada pela Grã-Bretanha pela posse das Ilhas Falklands-Malvinas

• Copa do Mundo de Futebol - Campeã Itália

• Represamento das águas do Rio Paraná, extinção dos Saltos de Sete Quedas - Guaira

• Lançamento do carro movido a álcool

• 26 cargos de desembargador do TJPR

1982

foram atividades recreativas proporcionadas pelo Sersocial.

Com pesar registram-se perdas de vidas pranteadas, que muito representaram para o nosso êxito e bons resultados, o Des. Valeixo, o juiz de direito Lino Bortolini e Luiz Brito, este último funcionário da Amapar. A eles nossas homenagens e gratidão pelo pioneirismo e dedicação.

A sede inicial, um imóvel particular, sem condições de investimento ou melhorias pelo poder público, era uma casa adaptada às principais exigências e espaço destinado à prática esportiva, que se esgotou pela precariedade. Eis a razão pela qual na gestão de Gil Guerra sua diretoria, atendendo a um pleito do Sersocial, decidiu disponibilizar o Ginásio de Esportes da sede esportiva de Piraquara, transferindo todas as atividades para o referido imóvel.

A sábia decisão foi prontamente acolhida pela atual gestão na pessoa do abnegado presidente Fernando Ganem e sua equipe, tanto que no dia 19 de março, em solenidade com a presença do presidente, associados, diretor e membros do departamento Sersocial, prefeito de Piraquara e outros, oficializou-se o uso daquele espaço, passando a escola de futebol, de capoeira e demais atividades a funcionar em boas instalações, possibilitando atividades mesmo em dias chuvosos e as crianças sendo



Quarta edição da Feijoada Fraterna da Amapar arrecada mais de R\$ 19 mil ao projeto Sersocial.

“Ser bondoso com os pobres é emprestar ao Deus Eterno e Ele nos devolve o bem que fazemos”.

Livro dos Provérbios 19:17

1983



**LAURO LIMA
LOPES**
* 1928 + 1994

Decidido, idealista, concretizou o sonho e a aspiração dos primeiros magistrados, fazendo funcionar a Escola da Magistratura do Paraná e promovendo a criação da Mútua Judiciária Paranaense.



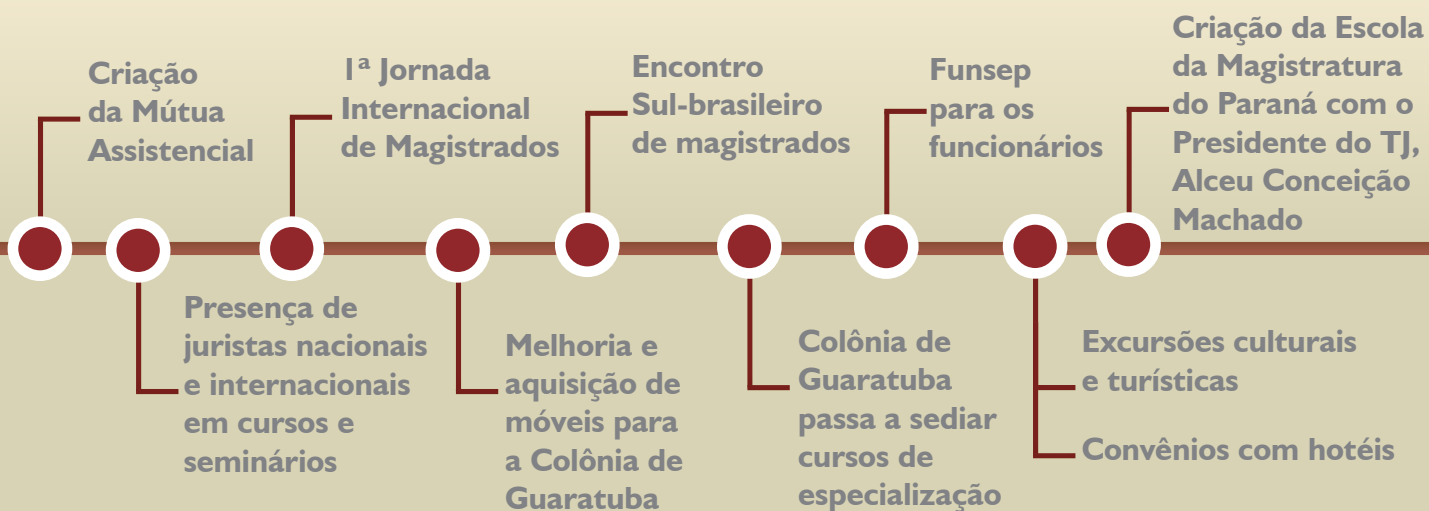
transportadas em ônibus até o local. Cumpre, ainda, destacar que tal uso em nada interfere na estrutura utilizada pela Amapar, pois a área é isolada e tem entrada independente. Dispensável dizer mais sobre o grande avanço dessa transferência.

O programa, além da parte decorrente do convênio junto à municipalidade, mantém-se pela contribuição mensal de 240 magistrados. Recebe doações esporádicas em dinheiro de colegas e de pessoas de fora, com recibo

descontável no Imposto de Renda. No mês de agosto a Associação dos Magistrados do Paraná promove a já consagrada “Feijoada Fraterna” e o lucro é revertido integralmente ao Sersocial.

Importante! Foi lançada e está em andamento campanha de aumento das contribuições e para angariar novos contribuintes.

Adesões podem ser feitas através do site da Amapar/Sersocial ou por qualquer outra forma da conveniência do colega.





Presidente do TJ

Alceu Conceição
Machado

Governadores

José Hosken de Novais,
José Richa

**Presidente da
Assembleia Legislativa**

Trajano Bastos
de Oliveira

1983

- Descoberta de um tratamento para AIDS
- Campanha 'Diretas Já'- redemocratização do país



O Departamento Sersocial tem como diretor Joel Pugsley e membros Gilberto Ferreira, Raul Luiz Gutmann, José Luiz Dosciatti, Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra e Fernando Swain Ganem, atual presidente.

Apesar de não atingidos todos os objetivos propostos, que é dever de cidadania e responsabilidade social, não deixa de ser também expressão de amor aos menos favorecidos e mais vulneráveis, o resultado em prol de crianças sujeitas a tantos perigos e ameaças quando expostas nas ruas.

Graças à resposta de grande parte da magistratura paranaense, o serviço implantado vem sendo prestado na medida das possibilidades.

O projeto foi criado durante a gestão de Gilberto Ferreira, seguindo-se nas presidências de Paulo Roberto Vasconcelos, de Miguel Kfoury Neto, de Gil Guerra e, atualmente, de Fernando Ganem, que sempre apoiaram e incentivaram as medidas, tornando melhor a condição de vida, e trazendo a alegria do esporte e o convívio saudável para uma parte da população jovem da região.

A iniciativa teve e tem tido o total apoio desses ilustres magistrados e líderes, o que naturalmente a consolidou, possibilitando a perspectiva de um futuro ainda melhor.

Colaborar para o desenvolvimento humano e a inclusão social, envolvendo famílias é missão altamente gratificante.

1984

- Emenda Dante de Oliveira é derrotada no Congresso
- Eleições indiretas para Presidente da República
- Extremistas executam, na Índia, Indira Ghandi

- Entrega da Hidrelétrica Itaipu Binacional
- Ano da Informática - Primeiro computador pessoal
- Instalação dos Juizados de Pequenas Causas no Paraná

1984

Recreio dos Magistrados Des. Mercer Júnior

O terreno da Chacrinha (Colombo) foi adquirido em 1980. A inauguração deu-se em meados de 1983, transformando-se em um local aprazível, frequentado por magistrados e familiares, que aos sábados pela manhã reuniam-se para jogar futebol e, aos domingos, para um churrasco.



Diretoria

1980 - Jayme Munhoz Gonçalves, Napoleão Naval Alves de Oliveira, Sidney Mora e Jair R. Braga

1981/82 - Jair Ramos Braga, Sidney Mora, Edgar Winter

1983/87 - Dionísio Sabatowski, Jair R. Braga, Sidney Mora, José W. Resende

1988/2009 - Dionísio Sabatowski

2010/11 - Isaías Rogério Lorenzoni

2012/13 - José Luiz Dosciatti



Um novo século e um novo milênio

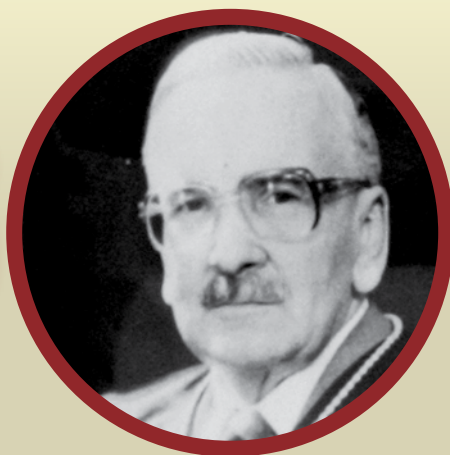
Por Jorge Wagih Massad

Primeiro a Providência Divina, depois a vontade da maioria dos meus colegas, deram-me a honra e o distinguido privilégio de ser eleito Presidente da nossa, então, AMP – Associação dos Magistrados do Paraná, para o biênio 2000/2001.

Inaugurávamos um novo século e um novo milênio e, com eles, os medos e as responsabilidades que nos esperavam para aquele desafio. Primeiro, por suceder a primorosa gestão do amigo Ruy Fernando de Oliveira e de seus antecessores, cada qual fazendo o melhor para a nossa entidade de classe. Depois, pela incerteza de começar algo que nunca havia experimentado, sem qualquer experiência.

Foi extremamente decisiva para mim, naquele momento, a competência e o irrestrito

1985



**LUÍS RENATO
PEDROSO**
* 1925

Reconhecido por seus dotes de oratória, integrou a magistratura paranaense por quase quarenta anos e atualmente preside o Centro de Letras do Paraná, é vice-presidente do Movimento Pró-Paraná e participante da vida cultural da cidade.



Oferecimento
pela Amapar
da toga aos
magistrados

Reforma e
manutenção dos
edifícios da Amapar:
Guaratuba e
Piraquara

Ampliação do
mandato do
presidente da
Amapar

Publicação da Revista
dos Magistrados do
Paraná, subvencionada
pelo Banco
Bamerindus

Aquisição de
nova Kombi

Estabelecido um jantar de
confraternização ao final de
férias em julho e janeiro

apoio que recebi de minha diretoria eleita e, também, dos colegas que aceitaram ajudar-nos da melhor maneira possível, para corresponder aos anseios da nossa classe e às necessidades que se apresentavam na ocasião.

Para minha honra e segurança administrativa faziam parte da Diretoria eleita os amigos: 1º Vice-Presidente Vitor Roberto Silva, do Norte do Estado, um verdadeiro líder da magistratura; 2º Vice-Presidente Roberto Sampaio da Costa Barros, da Capital, experiente e grande conciliador; 3º Vice-Presidente Luiz Henrique Miranda, da Princesa dos Campos, jovem, competente e determinado em suas ações; 4º Vice-Presidente, igualmente da Capital, Noeval de Quadros, que acumulou a Direção da nossa Escola da Magistratura do Paraná. Para falar das qualidades e da capacidade do Noeval seguramente eu correria o risco de não dizer tudo, sendo penalizado pela omissão. Seu trabalho é hoje de todos conhecido à frente da Corregedoria Geral de Justiça; 5ª Vice-Presidente Mylene Rey de Assis Fagagnoli, da região de Campo Mourão, amiga de todas as horas, sempre muito sincera e determinada nos seus objetivos; 6º Vice-Presidente Péricles Batista Pereira, da Região Oeste - Foz do Iguaçu, competente magistrado e aliado de todos os nossos projetos desde o início da campanha; a 1ª Secretária Lilian Romero, de trabalho



Presidentes do TJ

Armando Jorge de Oliveira Carneiro,
Mário Lopes dos Santos

Governadores

José Richa, João Elísio Ferraz de
Campos

Presidentes da Assembleia Legislativa

Nilso Romeu Suarezzi, Antônio
Martins Anibelli

1985

• **Mikhail Gorbachev, secretário-geral, propõe abertura econômica e política (a perestroika e a glasnost) na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**

• **Eleito presidente, Tancredo Neves, pelo Colégio Eleitoral**

• **Falecimento de Tancredo Neves**

• **José Sarney é empossado presidente do Brasil**

• **Criação da CEJA – Comissão Estadual Judicial de Adoções**



**Ruy Fernando de Oliveira e
Jorge Wagih Massad.**

exemplar e de participação decisiva nas nossas reuniões de Diretoria; 2º Secretário Sidney Mora, nosso querido Cavuca, que trouxe para a gestão a experiência de uma vida dedicada à Magistratura e ao associativismo; 1º Tesoureiro Luiz Lopes, incansável na sua luta pelo interesse da classe e fiel colaborador de todas as horas; 2º Tesoureiro Olivar Coneglian, sempre ponderado e com soluções certas para cada problema que surgia. Exemplo de confiança.

O Conselho Fiscal era composto pelo saudoso Des. Ronald Accioly, magistrado paradigma; Waldemir Rocha, extremado em suas responsabilidades; Joeci Camargo, dedicada e competente em tudo que faz; Renê Pereira da Costa, grande companheiro da Cidade Canção; Jacqueline Allievi, amiga e parceira de todos os momentos; Fernando Paulino da Silva Wolff, competente e rigoroso com suas responsabilidades; Rosselini Carneiro, fiel e sincero companheiro; Joseane Machado de Lima, amiga e incansável batalhadora pelas causas da magistratura; e, Luiz Cláudio da Costa, amigo de participação decisiva nos nossos objetivos.

Além destes colaboradores diretos e escolhidos pelo voto, tivemos ainda a participação de tantos outros que não mediram esforços, dando o melhor de si, em prol da nossa entidade.

Foram muitos os responsáveis pelo sucesso da nossa gestão. Dentre eles destaque Tufi Ma-

1986

- Lançado o Plano Cruzado, criação da nova moeda nacional, o cruzado (Cz\$). 1 cruzado = 1000 cruzeiros

- Eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de estabelecer a nova Constituição Brasileira

- Plano Cruzado 2

- Explosão de Chernobil

1987

- Plano Bresser – congelamento de preços. Moratória econômica

1987

ron Filho, Diretor do Departamento Social; Renato Bitencourt, Diretor do Departamento de Excursões; D'Artagnan Serpa Sá, Diretor de Assuntos Políticos; Antônio Lopes de Noronha, Diretor de Assuntos Legislativos; Raul Luiz Gutmann, Diretor de Esportes; José Augusto Gomes Aniceto, Diretor de Futebol; Renato Naves Barcellos, Diretor de Tênis; Sônia Regina de Castro, Diretora de Recreação e outros Esportes; Edson Luiz Vidal Pinto, Diretor do Departamento Cultural; Marcio Nilton Pereira Mendes, Diretor do Departamento de Memória e Arquivo; Rosa Bontorin Dipp, Diretora do Departamento das Pensionistas; Antônio Domingues dos Santos Júnior, Diretor do Departamento de Aposentados; Lilian Romero, Diretora do Departamento de Divulgação e Revista; José de Andrade Faria Neto, Diretor do Departamento da Judicemed; Antônio Ramina Júnior, Diretor da Sede Paula Xavier Filho; Paulo Vasconcellos, Diretor da Sede Social Aurélio Feijó; Dionísio Sabatoski, Diretor da Chácara Desembargador Mercer Júnior; Luiz Osório Moraes Panza, Diretor da Sede Esportiva Zeferino Krukoski; Nelson Batista Pereira e Lorni Zaniollo, Diretores da Sede Antônio Franco da Costa; José Carlos Dalacqua, Diretor da Sede Barra do Saí; Maurício Júlio Farah, Diretor do Departamento Jurídico; Alberto Luiz Marques dos Santos, Diretor do Departamento de In-

formática; Roberto Antônio Massaro e Sônia Regina de Castro, Diretores do Departamento de Apoio ao Magistrado; Renato Lopes de Paiva, Diretor do Centro de Apoio Jurídico ao Magistrado; Antônio Carlos Martins, Diretor do Departamento de Comunicação Social, além de outros magistrados e funcionários da associação, que juntos ajudaram a escrever a história da nossa entidade de classe.

No ano de 2000 presidia o nosso Tribunal de Justiça o Desembargador Sydney Zappa e no ano seguinte assumiu a Presidência o Desembargador Vicente Troiano Netto. Ambos foram incansáveis em prestigiar e apoiar a associação, sempre correspondendo aos nossos anseios e às nossas reivindicações.

Com esta equipe de trabalho rompemos o novo Século e o novo Milênio.

Em meu discurso de posse enfatizei:

“O Brasil só será uma nação verdadeiramente grande, evoluída, quando o Poder Judiciário for reconhecido como um efetivo poder da República, garantidor dos direitos de seus cidadãos. Por isso a valorização e independência dos membros desse poder, para que nunca falte a pronta prestação jurisdicional reclamada. O que a sociedade espera de nós juizes é que cumpramos com o nosso dever de dizer o direito, com qualidade e rapidez. Assim estaremos cada vez mais sendo

1988



**FRANCISCO DE
PAULA XAVIER NETO**
* 1945

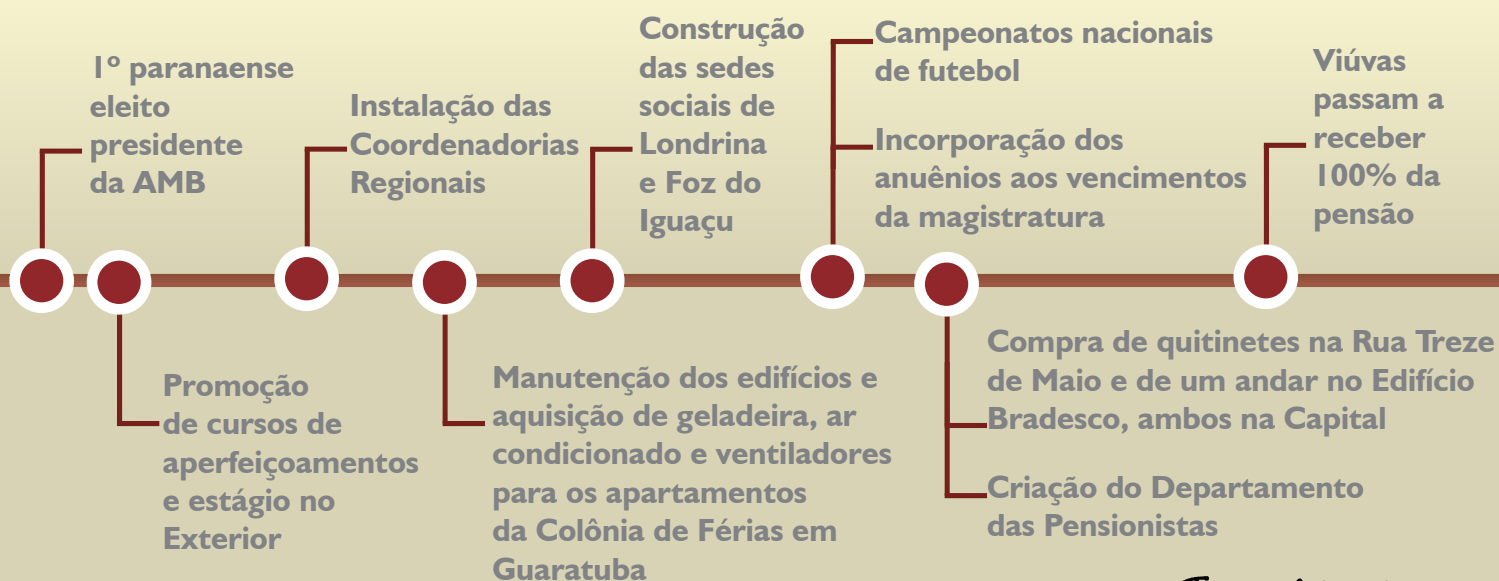
Promoveu os novos rumos trilhados pela magistratura paranaense, com dignidade e sabedoria. Eleito e reeleito presidente da Amapar e único paranaense a presidir a Associação dos Magistrados Brasileiros.

....“cada um de nós sonha agora com um novo tempo. Mas, para que esse tempo seja realmente novo, é preciso compartilhar o sonho e não sonhar sozinho”.

reconhecidos e respeitados, pois é certo que respeito, confiança e credibilidade não se impõem, mas se adquire com trabalho, dedicação, determinação e coragem. Nosso compromisso maior é com a sociedade, destinatária do direito, e menos com aqueles que procuram em casos isolados de corrupção, enxovalhar e denegrir a imagem da Justiça brasileira, com intenção política, desviando de foco os reais problemas nacionais. Estes é que prestam desserviço ao país envergonhando a todos. Como é sabido, a grande maioria dos nossos juizes têm trabalhado aos sábados e domingos e até mesmo nas férias, para tentar manter em ordem o serviço, sacrificando a si próprio e a sua família, em verdadeira escravidão funcional. E quando algo reivindicamos, temos sempre na pauta melhores condições de trabalho.

Estou absolutamente convencido deste plano de trabalho, com ideais e propostas a serem encaminhadas ao egrégio Tribunal de Justiça, que passam pelo recrutamento, preparação, formação e atualização dos magistrados, através da Escola da Magistratura e do Departamento Cultural. Muito se fez. Mas, ainda há muito por se fazer. Sonho com um Judiciário verdadeiramente independente e forte como garantia e segurança dos princípios democráticos. Sem Judiciário não há democracia.

Sonho com um Judiciário capacitado de





Sônia Regina de Castro, Tufi Maron Filho, Paulo Roberto Vasconcelos, Renato Naves Barcellos, Antônio Carlos Ribeiro Martins, Jorge Wagih Massad (presidente), Antônio Domingues dos Santos Junior, Roberto Sampaio da Costa Barros, Lílian Romero, Edson Luiz Vidal Pinto, Raul Luiz Gutmann, Renato Bittencourt, Maurício Julio Farah, Roberto Antônio Massaro, Ercílio Rodrigues de Paula, Paulo Habith, Noeval de Quadros.

meios (material e humano), para bem atender a sociedade destinatária do direito de Justiça rápida com qualidade.

Sonho com um Judiciário que valorize critérios objetivos de trabalho e dedicação, na aferição do merecimento de seus juízes, abolindo o protecionismo pessoal e a constrangedora necessidade de pedir.

Sonho com um Judiciário absolutamente transparente em seus atos, com decisões fundamentadas, fazendo prevalecer sempre o espírito público.

Sonho com um Judiciário que ao julgar, seja

Presidentes do TJ

Mário Lopes dos Santos,
Abrahão Miguel e Luís
Renato Pedroso

Governador

Álvaro Dias

Presidente da Assembleia Legislativa

Aníbal Curi

1988

- **Promulgada a Constituição Brasileira de 1988**
- **No Paquistão, Benazir Bhutto se torna a primeira mulher a governar um país muçulmano**

1989

- **George Bush (pai) ordena a invasão do Panamá**
- **Unificação da Alemanha: queda do Muro de Berlim**
- **Plano Verão; Cruzado Novo. Ncz\$ 1 = 1000 cruzados**
- **Eleição majoritária para presidente. Eleito Fernando Collor de Mello**
- **Confisco das cadernetas de poupanças**



aplaudido pelo vencedor e respeitado pelo vencido.

Sonho com um juiz mais valorizado pela sua coragem e pela sua dedicação à causa da Justiça; com o juiz humilde sem ser subserviente; culto sem ser prepotente; corajoso sem ser exorbitante, independente sem ceder aos influentes; o juiz ideal, que tenha como limite de convicção apenas e exclusivamente a sua consciência.

Este haverá de ser o Judiciário da virada do século, do terceiro milênio, do Brasil 500 anos, das verdadeiras reformas. O Judiciário de um tempo novo, voltado para a população

mais necessitada que é exatamente quem dele precisa. “Para isso, é preciso compartilhar o sonho e não sonhar sozinho.”

Nem seria necessário dizer que as dificuldades a vencer foram muitas.

A arrecadação da associação era pouca, não apenas pelo número menor do quadro de associados, mas porque ainda não havia o subsídio e o desconto era feito exclusivamente com base no salário, cujo valor era inferior às gratificações atribuídas aos magistrados. Assim, nossos recursos eram poucos para administrar a entidade.


1990

- Deflagrada a Guerra do Golfo por Saddam Hussein. Iraque invade o Kuwait

1991

- Comemoração de instalação do Tribunal de Justiça do Paraná
- Dissolução da União Soviética e Boris Yeltsin é eleito presidente
- Em Curitiba é inaugurada a Rua 24 Horas, a primeira rua fechada do País, as estações-tubo e o ônibus Ligeirinho

1991



Nada obstante, fizemos tudo que nos foi possível fazer.

Recordo-me do meu discurso de posse quando enfatizei “cada um de nós sonha agora com um novo tempo. Mas, para que esse tempo seja realmente novo, é preciso compartilhar o sonho e não sonhar sozinho”.

Disse ainda, naquela oportunidade: “É preferível superar a expectativa inicial com realizações não prometidas do que frustrar depois, com promessas não realizadas”.

Dentre outros objetivos, merecia preocupação maior o equilíbrio financeiro da Judicemed, onde as despesas superavam a receita; a questão salarial da magistratura, que a despeito de estarmos recebendo um atrasado, com término estimado para dezembro de 2000, acumulava seis anos sem qualquer reajuste nos vencimentos; a reestruturação da Escola da Magistratura, começando pela conquista do seu espaço físico, com apoio a todos os seus núcleos do interior do Estado e as necessárias conquistas na área de atualização e aperfeiçoamento dos nossos juizes, através de cursos temporários e de pós-graduação “lato sensu”; por último, outro grande desafio era a necessidade de integração e aproximação da Associação com os colegas do interior, que reclamavam o distanciamento.

Ainda no plano institucional, assumimos o compromisso de promover avaliação da

1992



**LUIZ CEZAR
DE OLIVEIRA**
* 1939

Professor, estudioso do Direito e de inegável prestígio, assumiu posicionamento corajoso, por ocasião dos distúrbios políticos ocorridos na sua gestão.

gestão; informatização da magistratura; integração via internet, com notícias on-line, site e e-mail; disponibilização para a Judicemed, com consultas, internamentos, acesso à relação de médicos, laboratórios, hospitais, recepção de requisições, reembolsos de consultas e despesas; reserva e utilização de sedes; apoio ao magistrado e divulgação mensal do balanço contábil; aproximação das Coordenadorias com a ativação do Departamento do Interior; ampliação e renovação de convênios; reestruturação do Departamento de Imprensa e Divulgação; reestruturação do jornal “Novos Rumos”; criação de um Boletim Informativo semanal, para divulgação do interesse da magistratura; ampliar as áreas de lazer, nas sedes do interior ampliando as existentes e construindo novas e reativar o Departamento Cultural.

Dentre as inúmeras realizações da nossa gestão, merecem destaque as vantagens salariais para a magistratura ativa e inativa; reestruturação da Escola da Magistratura, com instalações próprias e informatização; informatização também da Secretaria e da nossa Sede Administrativa; integração via internet entre os associados – uso do endereço eletrônico; modernização e reestruturação da Judicemed, marcação de consultas e requisição de exames por fax e e-mail; plano de saúde e plano de contingência; novo regulamento da Judicemed; credenciamento de mais de 700 profissionais,

incluindo hospitais, laboratórios e médicos; plena estabilidade financeira; teleconferências por TV a cabo; cursos de atualização; aprovação em assembleia da nova sigla da entidade de AMP para Amapar; instituição do estandarte da Amapar, entre outras.

Assim, concluí minha missão agradecendo a Deus por ter dado a mim muito mais do que mereço, especialmente o privilégio de presidir a Associação dos Magistrados do Paraná, e bem assim, força e coragem necessárias para superar todas as vicissitudes dessa missão.

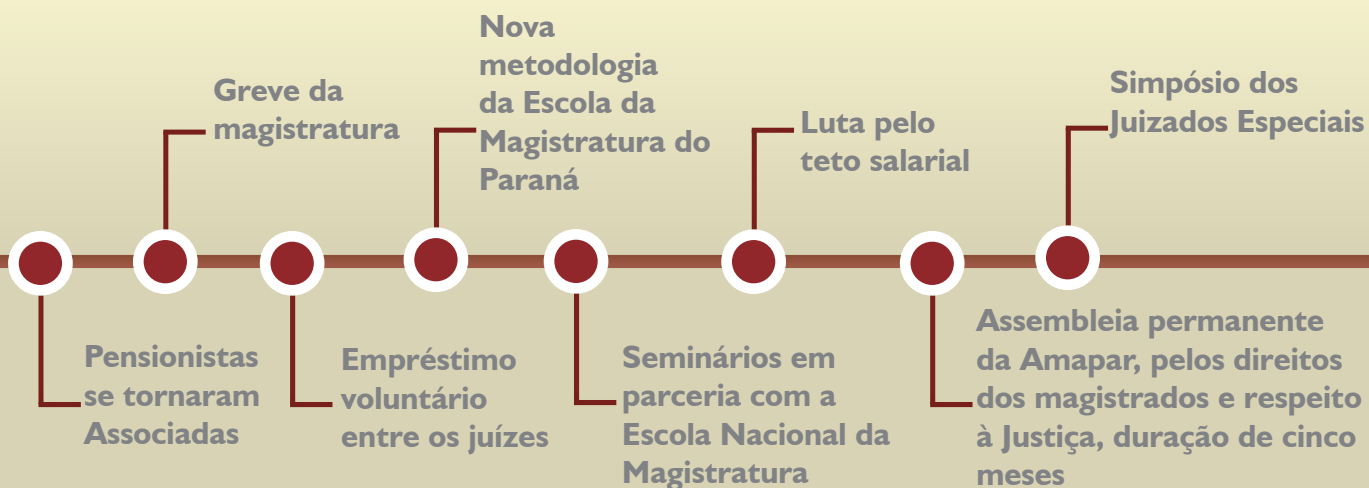
Aos meus colegas de Diretoria, que foram incansáveis e destemidos, fiéis e amigos durante toda a jornada, a minha gratidão.

A todos os funcionários da Associação, pela dedicação e zelo profissional, cada qual desempenhando com abnegação sua função, dando de si o melhor para o sucesso do nosso trabalho.

Aos meus familiares pela compreensão, pelo estímulo permanente e pelo apoio constante, mesmo que reclamando minha ausência.

A todos, enfim, que nos incentivaram, apoiaram e criticaram nas horas certas, com elevação de espírito e com propósitos sinceros, buscando o engrandecimento da nossa Entidade.

Por fim, desejando sucesso à nova Diretoria, para que possamos, cada vez mais, orgulhar-nos desse acervo patrimonial, social e cultural, representativo dos magistrados do Paraná, que é a nossa Amapar.



Justiça se aprende na escola



Este projeto tem como objetivo aproximar o Judiciário da comunidade, através de ações educativas ministradas pelos professores, coordenadas pelos magistrados e diretamente ligadas à Amapar, enfatizando os direitos e deveres do cidadão. A primeira ação foi a publicação de uma cartilha, em 1993, cujo principal personagem era o Brasilzinho, idealizada pelo publicitário Sérgio Mercer e concretizada pelo magistrado Roberto Portugal Bacellar. Em 1993 teve início a divulgação da cartilha, em número de seis, com temas esclarecedores para a comunidade e de importância para o Judiciário. A Amapar incentivou sua publicação, que recebeu igualmente as atenções da Associação dos Magistrados Brasileiros e a publicação, atualmente, é distribuída em todo o território nacional.

Dado o interesse e necessidade de com-

Presidentes do TJ

Luis Renato Pedroso e
Ronald Accioly Rodrigues
da Costa

Governador

Roberto Requião

Presidente da Assembleia Legislativa

Orlando Pessuti

1992

- Fernando Collor sofre o processo de impedimento, assume o vice, Itamar Franco
- Olimpíadas de Barcelona'92

- Morte de Ulisses Guimarães
- ECO/92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento



plementar os conhecimentos adquiridos, fez-se necessária nova etapa. Desde 1999, anualmente são selecionadas nove escolas municipais para participar do “Justiça se Aprende na Escola”. A programação obedece a quatro etapas distintas, começando por uma visita às dependências do TJPR, sendo recebidos pelo presidente da Amapar. Em continuidade, as crianças apresentam relatório e realizam um julgamento simulado ou uma apresentação teatral, onde ocupam os lugares de juiz de direito, promotor de Justiça, advogado, escrivão, oficial de Justiça e réu. O interesse pelo assunto levou ao Tribunal de Justiça acadêmicos de Direito dispostos a auxiliar os professores no desenvolvimento da atividade. Atualmente o 2.º vice-presidente do TJPR assumiu a responsabilidade de dar continuidade ao projeto.



1993

- Acordo de Oslo
- Divisão da Tchecoslováquia: República Tcheca e Eslováquia

- Criação da Unidade Real de Valor (URV), solução dos economistas para as variações de moeda
- O Cruzeiro Real passa a ser a moeda oficial no Brasil
- Posse de Bill Clinton, presidente americano

1993



Por iniciativa do magistrado Devanir Manchini, diretor do projeto desde sua instalação, o Projeto Pomar foi implantado em 2006. A ideia era ocupar a parte agriculturável da propriedade, aquela que não interferia na área do parque aquático, das churrasqueiras, da sede social ou das quadras esportivas, já instaladas. Com o aval do presidente Paulo Vasconcelos, a empresa Quintais do Cezar foi contratada para executar o programa. Foram plantadas cerca de 200 mudas de árvores frutíferas, de variadas espécies, compatíveis com o solo e a extensão do terreno. A conclusão da obra ocorreu na

gestão Miguel Kfourri, quando o pomar foi inaugurado, em 29 de agosto de 2009.

Atualmente, apesar de o Pomar ainda não estar totalmente formado, já colhemos laranjas, bananas, mangas, lioxias, jaboticabas, acerolas, seriguelas, mexericas, carambolas e ameixas, dentre outras frutas, num sistema de plantio alternado, cujas frutas se destinam apenas ao consumo dos associados que frequentam a sede.

Merecem destaque, a atenção e a dedicação do caseiro, Sr. Domingos, na formação e manutenção do Pomar.

Sede Des. Clodomir Costa Lima

Inaugurada em 2001, a sede maringaense da Amapar é modernamente equipada e ocupa uma área de 24 mil metros quadrados. Ajardinada com árvores ornamentais, quadras esportivas, parque aquático, salão de festas, churrasqueiras e um pomar recebe magistrados da região para atividades esportivas, sociais e culturais.

Diretores

2001/05 - Renê Pereira da Costa
2006/07 - Waldemar Costa Lima Neto
2008/09 - Renê Pereira da Costa
2010/13 - Antonio Mansano Neto e
José Camacho Santos

“Nosso maior patrimônio”

Por Gil Francisco de Paula Xavier
Fernandes Guerra

Hoje, bem mais do que noticiar os aspectos históricos da nossa Judicemed, determina-se, ao que sinto, uma incursão mais intimista, de todos e para todos nós – magistratura paranaense – naquilo que alvitramos um dia, que concebemos, construímos, burilamos e lapidamos até ser essa joia preciosa, quiçá nosso maior patrimônio.

Tudo começou num tempo em que a solução de praticamente tudo, questões e necessidades de toda ordem, eram invariavelmente administrativas-públicas, pois a “sociedade civil desorganizada”, feliz expressão que ouvi preferir dias atrás uma ilustre advogada¹, pouco ou nada sabia fazer, ela “sociedade civil desorganizada”, porque éramos pessoas-profissionais de trato pessoal e sobretudo associativo mui-

tíssimo acanhado, não sonhávamos ainda com a pujança dos dias atuais..., mas isso é uma outra história...

Em um tal contexto, em 06 de agosto de 1972, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Des. Alceste Ribas de Macedo, que fora fundador e primeiro presidente da então Associação dos Juízes do Paraná, por meio do Decreto Judiciário n. 281, criou “na Divisão de Assistência Médica e Social, do Departamento Administrativo, da Secretaria do Tribunal de Justiça, o **Serviço de Assistência Médico-Hospitalar, Odontologia e Farmacêutica do Poder Judiciário – Judicemed**”.

Ganhávamos ali, por inspiração de um eminente magistrado, Des. Edmundo Mercer Júnior, de saudosa memória, nosso nome de batismo – Judicemed, com o objetivo de prover e assistir à saúde de Magistrados, Funcionários e Serventuários da Justiça (DJ 281).

1994



**SIDNEY
MORA**
* 1934

Sua trajetória na magistratura jamais esteve separada das lides da Amapar. Construtor competente, supervisionou todas as edificações da Associação, conferindo-lhes os detalhes e a destinação.



JUDICEMED

Autogestão em Saúde da Magistratura Paranaense

Convênios com o
Centro de Estudos
Judiciários de Portugal

Campanha
de vacinação
contra hepatite

Ação para
pagamento de
vencimentos
atrasados

Seminários
jurídicos

Construção de
novo edifício de
apartamentos na
Colônia de Férias
de Guaratuba

Manutenção e
reforma de edifícios
da Amapar

Aconteceu, no entanto, que naquele embrionário projeto e forma de tratar as coisas, emergiu conclusão de que não tinha o Tribunal de Justiça, órgão da administração interna, na época com finalidade e objetivos muito específicos e atrelados à função jurisdicional, como gerir verbas e contratos particulares, as relações que aquele nosso “plano” não prescindia.

Daí que, em reunião da diretoria da Amapar (à época AMP), datada de 29 de junho de 1973, diante da posição assumida pela cúpula diretiva do TJPR, no sentido de que a administração da Judicemed não “estava regularmente englobada nos seus quadros administrativos, bem assim para lhe dar uma personalidade jurídica alvitrou-se como solução enquadrá-la na AMP...”. E foi acatada a proposta da cúpula, repassada pelo presidente da AMP, Des. Marino Bueno Brandão Braga, no sentido de aceitar a encampação da Judicemed pela AMP, contudo, realizando-se “estudo das implicações decorrentes por uma comissão, formada pelos colegas Alceu Conceição Machado, Theodoro Fernandes da Cruz Neto e Altair Ferdinando Patitucci”.

Estudo que se realizou, foi apresentado pelos colegas Luiz José Perrotti e Altair Ferdinando Patitucci à diretoria em reuniões realizadas nos dias 17 e 24 de agosto de 1973, encaminhando a alteração do Estatuto para

Assembleia Geral, realizada em 14 de setembro de 1973, conduzida pelo presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Des. Marino Bueno Brandão Braga.

Foi relator da proposta de alteração o Des. Luiz José Perrotti, sendo interessante destacar o trecho:

“A leitura procedida pelo relator do projeto de alteração dos estatutos foi acompanhada das necessárias explicações, artigo por artigo, tendo havido pequenos debates, visando o aperfeiçoamento da redação. Acrescentou, ainda, o relator, que tais modificações eram as mais prementes e que no futuro poderiam ser aperfeiçoados, os estatutos, de uma forma geral. Discutido com amplitude o projeto, o desembargador presidente colocou-o em votação, tomando, individualmente, o voto de cada um dos associados presentes, apurando que o mesmo fora aprovado por unanimidade”.

O primeiro diretor, indicado em reunião da diretoria de 28 de setembro de 1973, foi o colega José Lemos Filho, ao que presumo na época juiz de primeiro grau, um bom homem que tive o privilégio de conhecer; para dimensioná-lo, na sua bondade, tranquilidade,

¹Homenagem espontânea que dirigiu ao colega Celso Seikiti Saito, que se despedia dos serviços da 14ª. Câmara Cível, pelo implemento de sua aposentadoria.

Presidentes do TJ

Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Cláudio Nunes do Nascimento

Governador

Mário Pereira

Presidentes da Assembleia Legislativa

Orlando Pessutti, Aníbal Curi

1994

- Lançamento do Plano Real. Proposta de paridade com o dólar
- Tropas americanas invadem o Haiti
- Revolução Zapatista no México
- Intervenção militar russa na Chechênia: 100 mil mortos

Diretores

1973/74 - José Lemos Filho

1975 - José Lemos Filho, Wilson Reback e Altair Ferdinando Patitucci

1975/80 - Marçal Justen, José Lemos Filho, Wilson Reback e Altair Ferdinando Patitucci

1981/82 - José Lemos Filho e Alfredo Rattmann

1983/87 - José Carlos Dantas Pimentel, Altair Ferdinando Patitucci e Anny Mary Kuss

1988/91 - José Carlos Dantas Pimentel, Davi José Arantes e Paulo Roberto Accioly Rodrigues da Costa

1992/93 - José Carlos Dantas Pimentel e Antônio Renato Strapasson

1994/95 - Jonny de Jesus Campos Marques e Antônio Renato Strapasson

1996/97 - Jonny de Jesus Campos Marques

1998/99 - Luiz César de Oliveira

2002/01 - José de Andrade Faria Neto

2002/03 - Nei Roberto Guimarães e Humberto Graça Neto

2004/05 - Humberto Graça Neto, Valter Ressel e Wilmar Machiavelli

Conselho Gestor

2005/06 - Luiz César de Oliveira, Antônio Renato Strapasson, Valter Ressel, José de Andrade Faria Neto, Ana Lúcia Lourenço, Wilmar Machiavelli

2007/08 - Miguel Kfourri Neto, José Carlos Dantas Pimentel, Fernando Wolff Bodziak, Sérgio Arenhart

2009/10 - Gil Francisco de P. X. F. Guerra, Fernando Wolff Bodziak, Luiz Carlos Xavier, Sérgio Arenhart.

2011/12 - Fernando Ganem, Luciano Carrasco Falavinha, Luiz Carlos Xavier, Gil Francisco de P. X. F. Guerra, Valter Ressel.

1995

- Itzhak Rabin é assassinado em Tel-Aviv
- Posse de Fernando Henrique Cardoso

- Terremoto no Haiti
- Instalação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

1995

humildade, cito apenas que funcionários de seu gabinete, quando membro deste Tribunal, dentre eles meu amigo Edson Koss, o chamavam de “Lemos Pai”...

Meus irmãos de toga, não sou historiador, não tenho os louros, os méritos nem as qualidades de nossa editora, nem de outros colegas que vêm perpetuando a história da nossa família judiciária ao longo dessas mais de doze décadas. Contudo, sou testemunha viva do meu tempo, do que ocorre à minha volta, procuro sempre afinar minha percepção sobre essas “coisas nossas”, que vêm sendo construídas por nós mesmos, as de ontem, as de hoje e as de sempre e que virão conduzir nossos interesses todos, dentre os quais alguns essenciais, como a Judicemed!

Divisando o porvir busco sempre no passado inspiração sobre o que fazer e o que não fazer. Nisso, tenho colhido exemplos de coragem, de determinação, de doação, de uma – nestes tempos esquisitíssimos e quase incompreensíveis – vontade de fazer as coisas! De fazer em prol de todos, por dias melhores, tendo como paga não mais que o metal preciosíssimo do sentimento do dever cumprido, nada menos nada mais, dever voluntariamente aceito, partilhado, sonhado e vivido de forma plural, como convém ao trato dos assuntos coletivos.



Projeto Cegonha

Encaminhamos uma lembrança de boas vindas ao recém-nascido acompanhado de um orientador para os pais fazerem o cadastro da criança no plano.



Do modestíssimo vulto de nossos primeiros dias, embora lá atendêssemos para além da nossa outras duas classes, somos hoje, amparando somente magistrados e familiares, uma empresa de porte razoável, para dizer o mínimo. Com entradas que suplantam a casa dos 15 milhões de reais-ano, patrocinamos uma saúde de qualidade, de excelência, sem parâmetros no mercado, salvo produtos de diversa ordem de contribuição que, no entanto, nunca suplantam a administração humana da nossa Judicemed. Somos, atualmente, mais de 3.816

1996



**GUILHERME
LUIZ GOMES**
* 1950

Respeitado e admirado pelos magistrados, líder incontestado, estreitou os laços de amizade com a magistratura dos países vizinhos - Mercosul. Proveu a construção do Parque Aquático de Guaratuba.

Projeto Luto

Acompanhamento dos familiares quando do óbito para auxílio nos trâmites burocráticos.



Projeto Bom Remédio

Idealizado para receber medicamentos que não tenham sido inteiramente utilizados pelo paciente e doá-los a entidades assistenciais cadastradas.

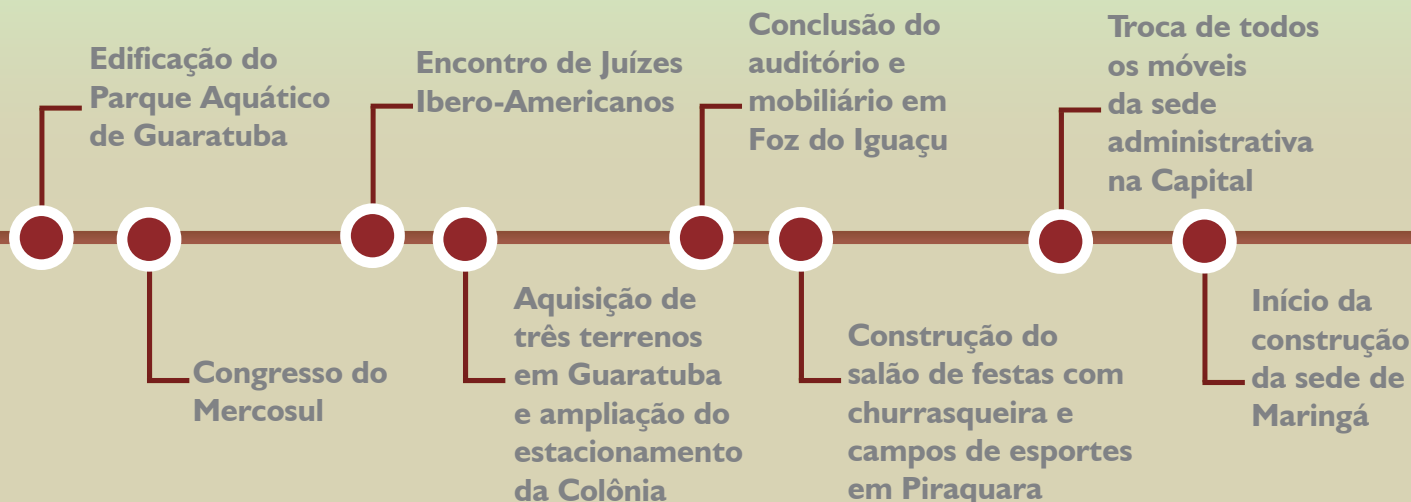
vidas, que atendemos com seriedade responsável, sem prodigalidade nem sovinaria, sem visar lucro nem evitar despesas necessárias, atendendo tudo o que se apresenta razoável, reprimido, especialmente nos casos de gravidade e urgência.

Administração que foi laureada com o reconhecimento da Agência Nacional de Saúde ao nos conceder de forma definitiva, após anos de trabalho, vencendo múltiplas exigências, o registro definitivo como empresa operadora de autogestão, no ano de 2011,

sob o número referencial ANS nº 41795-5, registre-se, após profícuo trabalho de muitos colegas, como nossos ex-presidentes Paulo Roberto Vasconcelos, Miguel Kfoury Neto, eu próprio e, de forma especial, vale destacar nosso ex-diretor administrativo e financeiro, bem como vice-presidente, Fernando Wolff Bodziak, sempre com o apoio de nossa equipe administrativa, que aqui representamos na pessoa da médica Dra. Ana Carolina Petry, numa sucessão de esforços ora capitaneados pelo Presidente Ganem.

Tendo tido a honra de presidir nossa Judicemed, ocupando hoje ao lado de valorosos colegas a responsabilidade pela Diretoria Administrativa, posso dizer, com rara propriedade, que fazemos aqui algo diferente do que acontece no mercado, bem o sabe quem precisou de nossa cobertura em situações de real gravidade.

Não alcançamos, certo e ainda, a possibilidade de atender de forma ampla como querem alguns colegas terapias periféricas, embora importantes, mas tendemos a isso no espriar dos dias, no seguir de gestões que são precipuamente técnicas e responsáveis e que, se vez ou outra não atendem integralmente a expectativa pontual de um ou outro associado, o fazem de forma responsável para que, como regra geral, possam atender indistintamente a



todos, especialmente nas situações críticas que, invariavelmente, nos acorrem.

O fato, no entanto, é que podemos nos vangloriar de que fomos sempre vanguardistas, liberando atendimentos, exames e procedimentos que planos particulares não liberavam, como outros novos não liberam ainda.

E, em todas essas etapas, mantendo sempre saúde financeira invejável, suplantando em mais de dez vezes os limites sugeridos pela Agência Nacional de Saúde, como necessários à reserva ou margem de segurança.

Tal soma de fatores, irmão de toga, constitui o “diferencial” Judicemed, algo a considerarmos, algo que verdadeiramente nos orgulha, que podemos contabilizar como um patrimônio incalculável e, como disse antes, sabe bem quem dela precisou!

Por tudo isso, me felicito por fazer parte dessa família, de todos nós, que se irmana na busca de conceitos e soluções modernas, eficientes e de resultado prático satisfatório, aproveitando o ensejo para abraçar nossa diretoria, composta pelo Presidente Fernando Sawain Ganem, Vice-Presidente Luciano Carrasco Falavinha Souza, Diretor Financeiro Luís Carlos Xavier e, enfim, por mim mesmo na Diretoria Administrativa, todos à disposição dos colegas para o que for necessário.



Presidentes do TJ

Cláudio Nunes do Nascimento, Henrique Chesneau Lenz César

Governador

Jaime Lerner

Presidente da Assembleia Legislativa

Aníbal Curi

1996

- **Acordo de paz na Guatemala, após 36 anos de conflito**
- **África do Sul, Nelson Mandela se torna presidente e põe fim ao Apartheid**



Judicemed

*“Humanizar é verbo pessoal e intransferível,
ninguém pode ser humano por você”*

1997

- Hong Kong é devolvida à República da China
- Morre a princesa Diana, em trágico acidente

1997



Sede Des. Francisco de Paula Xavier Filho

Em junho de 1989 ocorreu a inauguração da sede de Foz do Iguaçu com um edifício de apartamentos, piscina e casa do zelador. Diversas ampliações ocorreram, para melhor atender os associados que ali se hospedavam por ocasião dos cursos, treinamentos e campeonatos de futebol.

Diretoria

1988/93 - Stewalt Camargo Filho

1994/95 - Péricles Belusci de Batista Pereira

1996/97 - Antônio Domingos Ramina Júnior

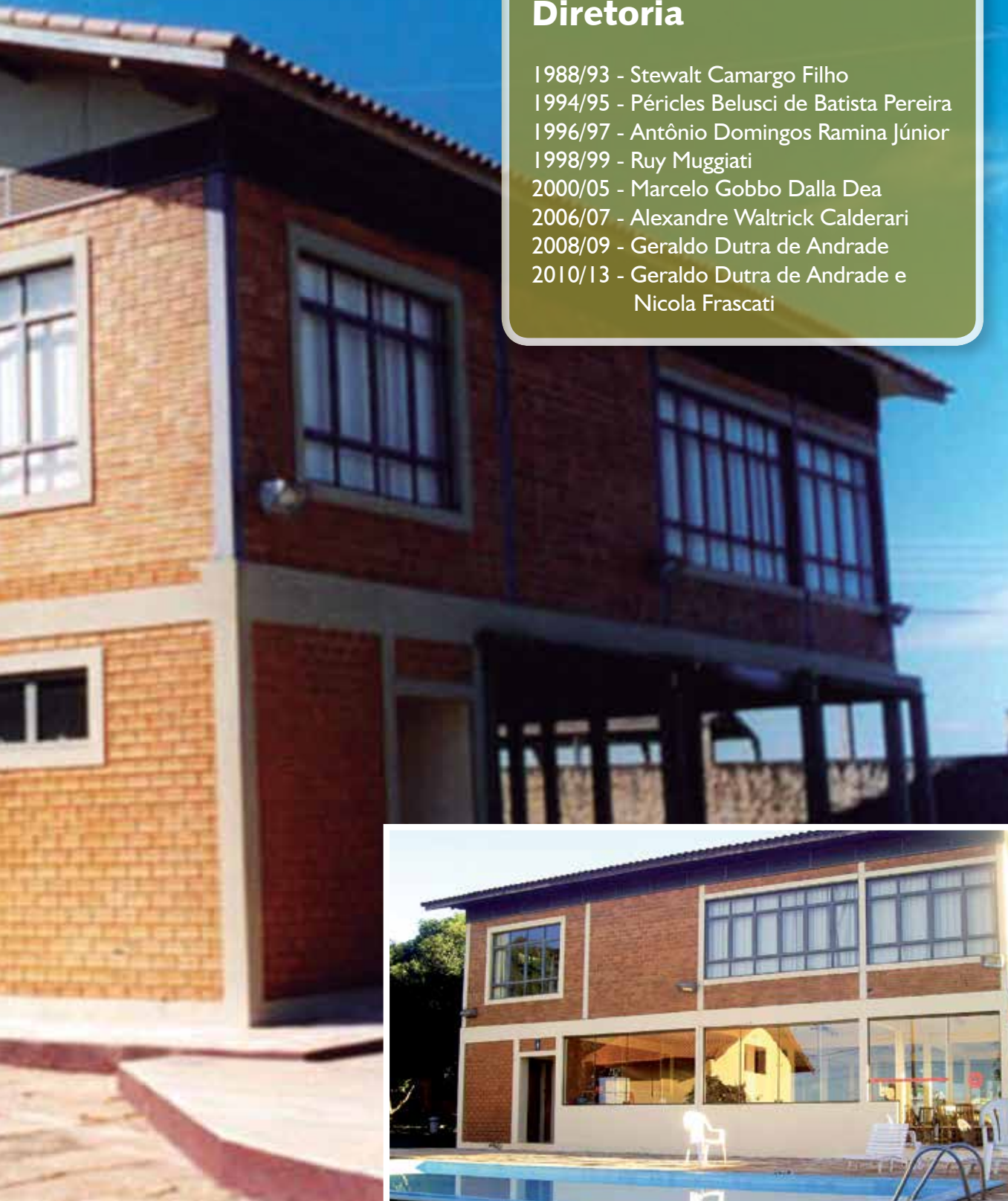
1998/99 - Ruy Muggiati

2000/05 - Marcelo Gobbo Dalla Dea

2006/07 - Alexandre Waltrick Calderari

2008/09 - Geraldo Dutra de Andrade

2010/13 - Geraldo Dutra de Andrade e
Nicola Frascati



'O caminho pode não ser o teu caminho. Contudo, juntos marcharemos de mãos dadas'.

Tagore

Cooperação mútua

Por Thêmis da Almeida Furquim Cortes


A mútua judiciária paranaense, pioneira no gênero, foi instituída em 29 de julho de 1983 pela Resolução 03/83 e visava garantir a subsistência da família dos magistrados após a sua morte, diante da precariedade dos vencimentos da magistratura à época.

1998



RUY FERNANDO DE OLIVEIRA
* 1940

Independente e firme em suas convicções, dirigiu a Escola da Magistratura do Paraná em duas gestões, promovendo atualização e modernidade, com metodologia exclusiva. Sensível às lutas institucionais em debates públicos, assegurou o respeito à magistratura e às suas reivindicações.



Sua criação se baseou nos princípios da solidariedade, reciprocidade e cooperação mútua, mediante o desconto de 2,7% do subsídio do cargo de juiz de direito de entrância inicial, em favor dos beneficiários do magistrado falecido. Era então composta por aproximadamente 200 magistrados, mas hoje, passados 29 anos, somos mais de 800 integrantes, fator preponderante para o aumento do pagamento integral do benefício. Nos últimos anos, pelo natural envelhecimento de seus membros, o número de eventos morte aumentou e surgiram dificuldades financeiras para viabilização do programa.

A Amapar, mediante alterações aprovadas em assembleias gerais, buscou formas de solucionar o problema, contratando técnicos para proceder a análises e projeções sobre o tema. Uma redução do valor do benefício se impôs para equilibrar o saldo financeiro e reequilibrar os pagamentos.

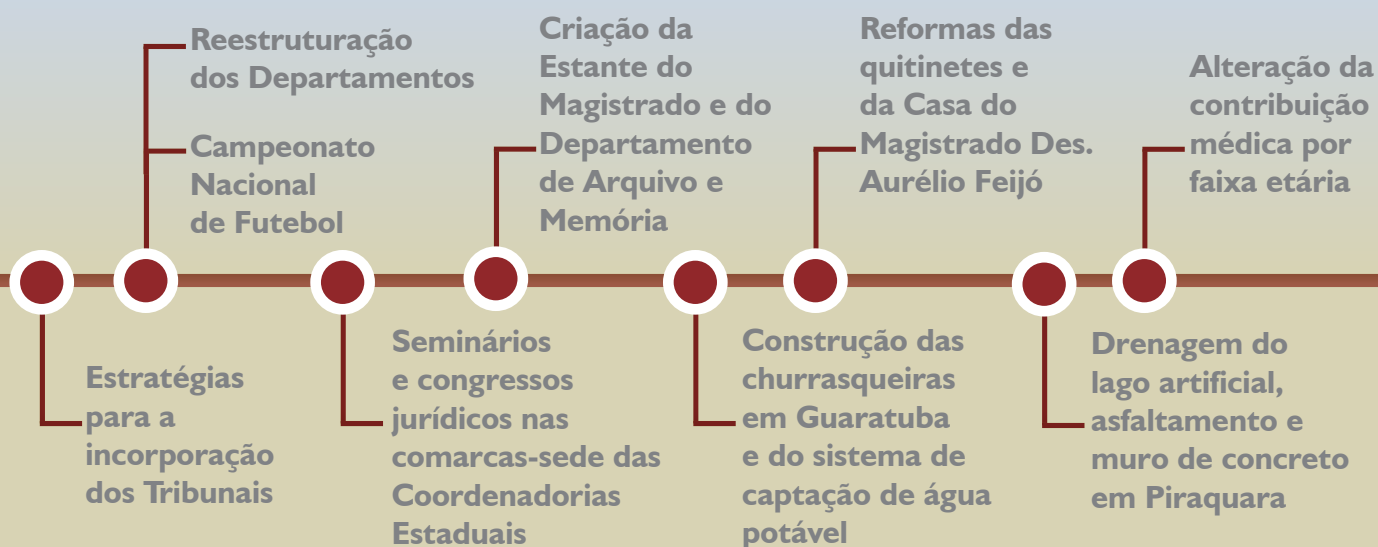
Importante esclarecer, entretanto, que a mútua não é nem se equipara a um seguro de vida, porque não inclui as excludentes de risco. Com o advento da morte, os beneficiários recebem os valores correspondentes, independentemente da causa da morte ou doença pré-existente.

Os magistrados integrantes da mútua não sofrem nenhum risco de exclusão ou de majoração excessiva do valor mensal da contribuição, com o natural aumento da possibilidade do evento morte, como ocorre com os seguros de vida de outras instituições.

Os questionamentos da magistratura em relação às propostas de mudança foram analisados, debatidos e aprovados e as soluções adotadas atendem tanto aos interesses daqueles que ingressaram há pouco na carreira, como dos filiados desde a sua fundação. O valor do benefício será sempre superior ao da contribuição e, ainda, a redução do valor acolhido pela assembleia possibilitará a continuidade da mútua, que tanto tranquiliza os magistrados e auxilia seus familiares no difícil momento da perda.

Hoje, diante do crescimento da magistratura paranaense e dos integrantes da mútua, torna-se indispensável que a visão do sistema seja profissional, para garantia de sua continuidade.

Assim, a Associação dos Magistrados do Paraná tem procurado assegurar a subsistência e a saúde financeira da mútua judiciária, para que os associados tenham a certeza de que seus familiares continuarão a ser atendidos.



Os novos rumos da Amapar

Estabelecida como veículo oficial de informação da Amapar, a revista Novos Rumos começou a ser editada, como boletim, durante a gestão de Francisco de Paula Xavier Neto, entre os anos de 1988 a 1991. O nome da publicação remete à bandeira ideológica de Xavier Neto, durante sua passagem pela Associação.

Atualmente, o periódico está na edição nº 177, onde são pautadas matérias especiais, todas relacionadas à evolução do Poder Judiciário Paranaense. Posses, homenagens, opiniões sobre mudanças legislativas, adoção de políticas judiciárias, ações sociais e de boas práticas, posicionamento político, entrevistas e artigos. Capas remeteram à falta de juízes no Estado, metas do CNJ, campanha de valorização da magistratura, elevação de entrâncias, posses na cúpula, informatização do Judiciário...

A Novos Rumos, durante a sua história de bem informar o magistrado, recebeu inúmeros elogios oficiais – de juristas, jornalistas, associações e demais entidades de classe. Figurou como finalista do prêmio AMB de jornalismo em três edições. Escribas como Romeu Bruns, Álvaro Borba e o saudoso Arnaldo Anater deixaram linhas de informação no periódico que atualmente é conduzido pelo jornalista Rômulo Cardoso.



Presidentes do TJ

Henrique Chesneau Lenz
César, Sydney Dittrich
Zappa

Governador

Jaime Lerner

Presidentes da Assembleia Legislativa

Aníbal Curi,
Nelson Justus

1998

- **Ofensiva militar dos EUA e Reino Unido contra o Golfo Pérsico: operação Raposa do Deserto**
- **Sukarno, da Indonésia, renuncia**
- **Prisão e extradição do ditador Augusto Pinochet**
- **Indianos e paquistaneses realizam testes nucleares subterrâneos**
- **Católicos e protestantes assinam acordo de paz em Belfast, Irlanda do Norte**



BONS TEMPOS – ÁGUAS IARA – CORNÉLIO PROCÓPIO

Sentados: Nei Roberto Guimarães, Hélio Vieira Neto, Luiz Fernando de Araújo Pereira, José de Andrade Faria Neto, Márcio Nilton Pereira Mendes, Antônio Domingues dos Santos Júnior, Ismair Roberto Poloni. Em pé: Ruy Fernando de Oliveira, Dimas Ortêncio de Mello, Élsio Crozera, Francisco de Paula Xavier Neto, Luís Carlos Bellinetti, Humberto Graça Neto, Leomir Binhara de Mello, Rubens Bittencourt.

1999

- Reeleição de Fernando Henrique Cardoso
- Revolta no Curdistão – Turquia
- Referendo de paz para o Timor-Leste, assinado pela Indonésia

- Otan bombardeia a província de Kosovo. Milosevic retira as tropas após a morte de quase um milhão de kosovares
- Assassinado o vice-presidente do Paraguai, Luis Maria Argana. Acusado de ser o mandante, Raul Cubas, refugia-se em Curitiba-PR

1999



Clube da Justiça de Cascavel

O Clube da Justiça de Cascavel fundado por magistrados, promotores de Justiça e serventuários em 03 de agosto de 1981, ocupa uma área de 7.350 m², nos arredores da cidade. Conta com campo de futebol suíço, cancha de areia, salão de festas com 575 m², uma churrasqueira, sauna e vestiários, área de estacionamento e confortável casa para o caseiro.

Em 2009, na gestão do Des. Miguel Kfoury Neto, a Amapar adquiriu 30% do Clube da Justiça, que passou por ampla reforma e está à disposição dos magistrados da região Oeste do Paraná. O Clube da Justiça conta, atualmente, com 33 sócios, além dos associados da Amapar e seu diretor (2011/13) Sergio Luiz Kreuz.

Entre os fundadores estão os hoje desembargadores Paulo Roberto Hapner, Rui Cunha Sobrinho e Anny Mary Kuss Serrano, o atual presidente, Fernando Ganem e o oficial de Justiça Itacir Antunes dos Santos.



Toga e literatura



A voz da magistratura

2000



**JORGE WAGIH
MASSAD**
*1949

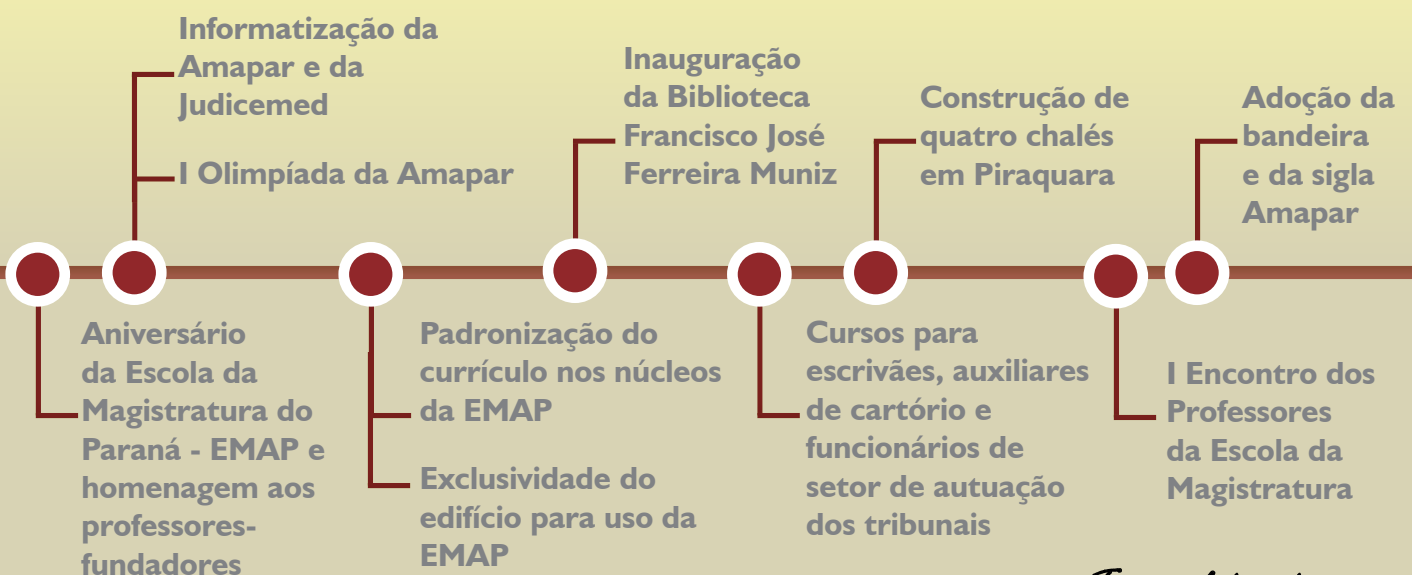
Administrador criativo, empreendedor, inaugurou o século com a nova sigla – Amapar - e institui seu estandarte. Estabeleceu a união entre os associados, instalando a teleconferência de periodicidade mensal. Reformulou a Escola da Magistratura do Paraná, adequando suas instalações físicas e seu organograma.



Um programa de rádio com mais de mil apresentações ininterruptas, desde o ano de 2004. O “Justiça para Todos” foi idealizado durante a gestão da Amapar presidida pelo juiz Gilberto Ferreira, entusiasta do projeto e que até hoje não perde uma edição, todas veiculadas pela rádio estatal E-Paraná, atualmente transmitidas na frequência AM 630.

O “Justiça para Todos” nasceu com a intenção de levar a voz dos juízes e do Direito à população e nas ondas radiofônicas conquistou público cativo. O objetivo sempre esteve em bem orientar o ouvinte sobre dúvidas acerca de assuntos jurídicos. Nos primeiros dias do programa de rádio da Amapar, juízes se revezaram na condução de programas-piloto, até que tudo estivesse seguro o suficiente para que, de segunda a sexta-feira, a Amapar contribuísse na formação social e cívica dos cidadãos.

Como apresentadores, o programa de rádio teve à frente dos microfones os magistrados Marcos Daros, Roberto Bacellar, Luiz Keppen, Gilberto Ferreira, Francisco Gonzaga, Luiz Panza, Jefferson Johnson, Joatan Marcos de Carvalho, Denise Kruger, Rogério Ribas, Albino Freire, Fabiane Pieruccini, Victor Batschke, Joscélito Cé, entre outros. Também conduziu as apresentações e produção, durante quatro anos, o jornalista Rômulo Cardoso. Atualmente, a jornalista Daniele Dumas é responsável pelo crescimento do “Justiça para Todos”.



O futebol dos juízes

Por Chloris Elaine Justen de Oliveira

Era um tempo em que os magistrados viviam mui discretamente: praticar esportes, cantar com amigos, participar de clubes de serviço, tudo era feito com o máximo cuidado para não interferir nas atividades judicantes.

Adolpho Kruger Pereira, o Afinho, e Plínio Cachuba, o Nininho, nas décadas de 40 e 50, reconhecidos como verdadeiros craques, jogaram profissionalmente nos times paranaenses e, por volta de 1980, passaram a frequentar, com outros juízes, um campinho de futebol atrás do Palácio Iguazu. Havia também um outro campo, onde se localiza o Bosque Alemão, que igualmente congregava os que gostavam de jogar bola. Em tempos mais remotos, Edmundo Mercer Júnior, o famoso Rintintim, foi campeão pelo Atlético Paranaense, nos idos de 1920, e

Noedi Bittencourt Martins, jogou pelo Britânia Esporte Clube. Ivo Faccenda foi das categorias de base do Internacional de Porto Alegre e Ariovaldo Stropa Garcia atuou no Futebol Clube de Araçatuba, 1ª Divisão de São Paulo.

Em 1986 Gilberto Ferreira idealizou e organizou um torneio paranaense de futebol reunindo quatro equipes: Curitiba, Londrina, Cascavel e Campo Mourão. Sagraram-se campeões os londrinenses. Em 1987, por sua iniciativa, os magistrados de Santa Catarina, comandados por Fernando Carvalho, e do Rio Grande do Sul, por Tanger Jardim, reuniram-se para o 1º Campeonato Sul-Brasileiro de Futebol. O certame por pontos corridos teve início em Curitiba, o segundo jogo foi em Florianópolis e a decisão em Porto Alegre, onde os locais trataram de completar sua equipe com pretores. O Paraná conquistou o

Presidentes do TJ

Sydney Dittrich Zappa,
Vicente Troiano Netto

Governador

Jaime Lerner

Presidentes da Assembleia Legislativa

Nelson Justus, Caíto Quintana

2000

- Augusto Pinochet, liberado por junta médica inglesa, retorna ao Chile
- Em Davos, manifestantes entram em choque com a polícia por criticar as consequências da globalização econômica para a humanidade e meio ambiente, no Fórum Econômico Mundial
- Pacto de livre comércio entre EUA e Vietnã
- Em seu terceiro mandato, Alberto Fujimori é destituído do cargo por “incapacidade moral”, após a exposição de um vídeo mostrando ministro subornando um deputado
- George W. Bush é eleito presidente dos EUA

BONS DE BOLA

Gilberto Ferreira, Guilherme Luiz Gomes, Benjamim Acácio de Moura e Costa, Wellington Emanuel C. de Moura e Hélio Vieira Neto.



2001

- Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas no Brasil provocam renúncia de deputados
- Joseph Estrada, presidente das Filipinas, acusado de corrupção, renuncia
- Milícia sunita do Taliban controla 90% do Afeganistão
- Preso Slobodan Milosevic

- Eleito o ex-premier Silvio Berlusconi para o cargo de primeiro ministro da Itália
- Assume como primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair
- 11 de setembro, caem as Torres Gêmeas do World Trade Center
- Forças norte-americanas e inglesas começam a bombardear as principais cidades do Afeganistão
- Canadá suspende a importação de carne brasileira
- Crise econômica na Argentina, colapso energético

2001

Toga e literatura

título, “os gaúchos assaram o churrasco para os paranaenses”, literalmente, mas se retiraram na hora do almoço comemorativo. Foi o primeiro evento esportivo da magistratura brasileira e pela primeira vez o juiz tornava público seu lazer.

Márcio Nilton Pereira Mendes foi designado para secretariar o evento e desde então, com bom humor e alegria, contribuiu para a união e confraternização dos magistrados brasileiros. Foi o diretor do Departamento de Esportes da AMB desde a sua criação em 1989, respondendo pela organização, acompanhamento e premiação dos campeonatos sul-brasileiro e nacional nas categorias livre, máster, sênior, supersênior. Ao mesmo tempo em que registrou toda a atividade desportiva da magistratura nacional, animou os encontros com histórias engraçadas, ditos espirituosos e, nas rodas de seresta, valorizou a música e a poesia pampeira ou nativista, com voz grave e afinada.

Organizavam o futebol em suas regiões: Accácio Cambi, Raul Luiz Gutmann, Gilberto Ferreira, Antônio Renato Strapasson, Marcos de Luca Fanchin, José Augusto Gomes Aniceto, Hélio Vieira Neto, Néelson França Pereira, Dimas Ortêncio de Melo, João Bosco Monteiro da Nóbrega, Luiz Carlos Bellinetti, Paulo Roberto Hapner, Ruy Muggiati, Rosaldo Elias Pacagnan,

Luiz Setembrino von Holleben.

Os goleiros foram importantes nas conquistas, dentre os quais Strapasson, e mais: Jorge Andrigueto, Vicente de Paula Xavier, Régis Maurício de Andrade, Abrahão Lincoln Merheb Calixto, Rosselini Carneiro, Rodrigo Brum Lopes, Benjamim Acácio de Moura e Costa, Luiz Osório Moraes Panza, Vítor Roberto Silva, Nicola Frascatti.

Jogadores bons de bola marcaram época, além dos citados Ariovaldo, Gutmann, Gilberto, Fanchin, Néelson e Aniceto: Edgar Winter, Michel Elias Farhat Neto, Jorge Wagih Massad, Sylvio Ramos Júnior, Antônio Zenkiti Tayama, Theodoro Fernandes da Cruz Neto, João Luiz Manassés de Albuquerque, Mário Brasília Esmanhotto, Emílio Luiz Augusto Prohmann, Renato Braga Bettega, João Maria Brandão, Ruy Francisco Thomaz, Eduardo Lino Bueno Fagundes, Waldemir Luiz da Rocha, Pedro Saad, José Aníbal de Macedo Carneiro, Élsio Crozera, Miguel Kfourri Neto, Renato Bittencourt, Mário José Narel, Lorni Zaniollo, Joel Pugsley, Marco Antônio Massaneiro, Fábio Marcondes Leite, João Maria de Jesus Campos Araújo, Rogério Coelho, Leomir Binhara de Mello, Ruy Cunha Sobrinho, Samuel Ferreira Sampaio, Devanir Cestari, Telmo Cherem, Marco Vinicius Schiebel, Mário Helton Jorge.

2002



ROBERTO PORTUGAL BACELLAR

*** 1962**

Jovem, culto e dinâmico, representou a entidade associativa com habilidade e visão do futuro. Dirigiu a EMAP, implantou o projeto Justiça se Aprende na Escola e é o Diretor da Escola Nacional da Magistratura, na gestão 2012/13.

“O voo mágico de uma bola”

Por Gilberto Ferreira



Houve um tempo em que a magistratura do Paraná era dividida em duas classes: a dos juízes e a dos desembargadores. A dos juízes colocada cá embaixo e a dos desembargadores lá em cima. Um dia um juiz – Francisco de Paula Xavier Neto, o Xavierzinho – ousou desafiar a classe alta e se candidatou à presidência da Associação dos Magistrados do Paraná. Aquilo foi um escândalo. Como um mero juiz poderia pretender tanto? Xavier percorreu o Paraná pregando palavras de mudanças e venceu as eleições. Começava ali um novo ciclo na magistratura associativa do Paraná.

Xavier apoiou a ideia da criação de um campeonato de futebol no Paraná e no sul do Brasil. Com o sucesso de uma administração destemida e progressista e com a integração dos juízes motivada pela união em torno do esporte, Xavier candidatou-se e se elegeu presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, até então uma entidade pouco conhecida dos brasileiros e até dos próprios juízes. Dentre suas tantas inovações, Xavier criou o Departamento de Esportes da AMB e nomeou como diretor, um seu amigo muito querido e estimado, o colega aposentado Márcio Nilton Pereira Mendes *1945+2011 (foto).

Xavier foi um homem de visão e sempre escolheu bem seus assessores. Nenhuma escolha, todavia, foi tão acertada quanto a de Márcio Mendes.

Márcio, um homem de baixa estatura e de extensas sobrancelhas, lançou-se ao trabalho com muito afinco. Percorreu o Brasil e integrou todos os Estados num campeonato nacional de futebol entre magistrados, fato certamente pioneiro no mundo. E registrou tudo, desde aquele único gol feito por um zagueiro quebrador de bola até os mais de 100 feitos pelo maior artilheiro da competição.

Da união que se seguiu entre os juízes brasileiros decorrente do trabalho do Márcio, resultou uma AMB mais popular, mais próxima do juiz e, sobretudo, mais forte. Para se ter uma ideia da importância do Márcio, basta lembrar que o sucesso do futebol entre magistrados inspirou a criação dos campeonatos de tênis e, mais recentemente, dos Jogos Nacionais da Magistratura, uma espécie de olimpíada entre magistrados e seus familiares. Também inspirou o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil a criarem os seus respectivos campeonatos de futebol.

Mas Márcio, além de tudo, foi um marido exemplar, um pai amoroso, um amigo leal e um magistrado competente, trabalhador e honrado. Atlético roxo, contador de piadas, amante da música, em especial da gaúcha, não deixava ninguém triste ao seu redor. Quantas vezes o vi cantando “Sabe Moço”, com os olhos marejados d’água, demonstração inequívoca de sua alma sensível e de sua entrega a tudo aquilo a que se propunha fazer.

Na madrugada do dia 15 de fevereiro de 2011, Márcio recebeu um chamado do qual não poderia recusar e nos pegou de surpresa.

Mas o seu sonho não acabou ali, naquela noite trágica e tristonha.

Ele continua no amor da esposa Dagmar, na semelhança física e espiritual do filho Juliano, no carinho da filha Karine, na lembrança dos genros Cristiane e Thiago, na pureza da netinha Maya e no voo mágico de uma bola toda vez que um magistrado a chutar pelos campos de futebol desse nosso imenso país.

Ao Márcio Nilton Pereira Mendes todas as honras, todas as glórias e toda nossa tristeza por seu passamento.



PARANÁ CAMPEÃO BRASILEIRO 2009

Equipe campeã: Thiago, Joelson, Lorni, Gabardo, Fernando Wolff, Davi, Ritzmann, Chemim, Gilberto e Ivo.



2002

Presidentes do TJ

Vicente Troiano Netto,
Oto Luiz Sponholz

Governador

Jaime Lerner

Presidente da Assembleia Legislativa

Hermas Eurides
Brandão

- Assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva, após ser derrotado em três eleições seguidas. Foi o primeiro presidente originário da classe trabalhadora

- Instalação do Projeto “Justiça se Aprende na Escola”

- Inauguração do Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba

- Adoção da moeda Euro em doze países europeus

- Programa Fome Zero. Dólar a R\$ 4,00

- Roberto Jefferson desencadeou crise política histórica no governo Lula

- Ataques terroristas em Londres

- Furacão Katrina

- Washington Olivetto é mantido refém de bandidos por 53 dias

Outros, “veteranos” ou não, continuam distribuindo classe nos gramados: Noeval de Quadros, Rogério Luis Nielsen Kanayma, Paulo César Bellio, Hayton Lee Swain Filho, Sidney Bastos Marcondes, Carlos Henrique Licheski Klein, Guilherme Luiz Gomes, João Vicente de Oliveira, Wellington Emanuel C. de Moura, Sérgio Arenhart, Edgard Fernando Barbosa, Laertes Ferreira Gomes, Roberto Portugal Bacellar, Rogério Etzel, Fernando César Zeni, Marcos César Galliano Daros, Antônio Mansano Neto, Maurício Júlio Farah, Hélio César Engelhardt, Stewart Camargo Filho, Ademir Ribeiro Richter, Antônio Ivair Reinaldin, Fernando Antônio Prazeres, José Roberto Pinto Júnior, José Roberto Silvério.

Uma geração se destacou sobremaneira, com os já mencionados Ivo, Rosaldo, Rosselini e Rodrigo: Sérgio Luiz Kreuz, Carlos Alberto Ritzmann, Adalberto Jorge Xisto Pereira, Lourival Pedro Chemin, Pedro Luís Sanson Corat, Davi Pinto de Almeida, Cláudio Camargo dos Santos, José Camacho Santos, Álvaro Rodrigues Júnior, Fernando Eugênio P. S. Lima, Luiz Carlos Gabardo, Fernando Paulino da Silva Wolff Filho, Bianor Bottega, Belchior Soares da Silva, Mauro Henrique V. Ticianelli, Humberto Luiz Carapunarla, Hélder José Anunziato, Haroldo Demarchi Mendes.

Entre os mais novos têm se destacado: Roger Vinícius P. de C. Oliveira, Daniel de Avelar Ribeiro, Cezar Ghizoni, Marcos Demchuk, João Luiz Manassés de Albuquerque Filho, Luciano Carrasco Falavinha Souza, Guilherme Frederico H. Denz, Antônio Franco Ferreira da Costa Neto, Luciano Campos de Albuquerque, Christian de Camargo Pires, Eduardo Novaki, Evandro Portugal, Gilberto Perioto, Gláucio Simões, Guilherme Cubas César, Gustavo Hoffmann, José Ricardo Vianna, Leonardo Ribas Tavares, Marcelo Teixeira Augusto, Nicola Frascati Júnior, Paulo Tourinho, Peterson Cantergiani Santos, Rafael Pedroso, Rodrigo Morillos, Rodrigo Otávio Gomes do Amaral.

O Paraná participou do campeonato brasileiro em 233 jogos, obtendo 113 vitórias, 38 empates e 82 derrotas. Foram 589 gols marcados, recebeu 24 vezes o troféu disciplina, no campeonato sul-brasileiro. É octacampeão livre, hexacampeão master, tricampeão sênior, no campeonato nacional é pentacampeão na livre, bicampeão na master, tricampeão na sênior.

Jorge Massad foi o autor do gol de número 5.500 do campeonato brasileiro realizado em Mato Grosso do Sul.

Os maiores artilheiros do Paraná e seus gols foram: Ivo Faccenda (76), Jorge Massad (58), Rosaldo (47), Serginho (46), Gilberto (41), Sylvinho (40).

2003

- EUA prendem Saddam Hussein
- Israel investe em muro para barrar palestinos

2003



Sede de Londrina

A sede de Londrina, instalada em meados de 1990, oferece aos associados um espaço arborizado, equipado com quadras poliesportivas, churrasqueiras, salão de festas, proporcionando aos associados um ambiente de lazer e conagração.

Diretoria

1988/97 - Luiz Carlos Bellinetti

1998/01 - Dimas Ortêncio de Mello, Jefferson Johnsson

2002/13 - Ademir Ribeiro Richter

Referência nacional

Por Joscelito Giovani Cé

Há pendenga nacional - de corredores -, sobre qual Estado criou primeiro uma escola de magistratura. Dizem os mineiros serem eles ao final dos anos 70, no que são contrariados pelos gaúchos, que se arvoram na primazia (e acho que com razão, não cabendo aqui minúcias e destrinche). Conversa vai, peixe aumenta e diminui, uma coisa é certa: nossa EMAP está entre as primeiras do Brasil. Criada oficialmente em 1983 pela Resolução de nº 03 do Pleno do Tribunal de Justiça, e com outorga da direção administrativa e pedagógico-acadêmica à Associação dos Magistrados do Paraná, no mesmo ano teve início sua primeira turma. Como antecedente, no Paraná, no ano de 1972 nosso Tribunal já havia promovido curso para interessados na carreira da magistratura, quando, por Resolução, instituiu “curso temporário

de especialização para ingresso na magistratura local (...) tendo por finalidade preparar bacharéis em Direito na aplicação técnica do Direito positivo brasileiro, procurando desenvolver as naturais aptidões vocacionais dos aspirantes à Judicatura, mediante o aprimoramento de seus conhecimentos jurídicos, éticos, psicológicos e sociais”.

A criação formal da Emap (no ano de 1983, vincada em duas frentes, a de realizar cursos de preparação para ingresso na carreira e cursos de aperfeiçoamento e especialização para magistrados) encontrou bases na desde então bem sucedida experiên-

2004



GILBERTO FERREIRA
* 1953

Dirigente hábil, magistrado operoso, preocupado com as causas sociais, criou o Sersocial, o programa radiofônico Justiça Para Todos e organizou o primeiro campeonato estadual de futebol entre os magistrados, expandindo a prática nacionalmente.



cia do Rio Grande do Sul, cuja associação de magistrados de lá, a Ajuris, havia implantado uma escola de magistratura no ano de 1980, a qual foi reconhecida pelo Tribunal gaúcho (eles também tinham experiência anterior, desde o ano de 1962, em cursos preparatórios ao ingresso na carreira).

Estou a evitar citação de nomes, porque pesquisa profunda e muitas páginas seriam necessárias para a justa mensuração de todos os benditos e abnegados – do passado e do presente – magistrados paranaenses que construíram os pilares que deu origem à Resolução nº 03 de 1983 do TJPR e, conseqüentemente, à existência da Emap.



Nestes quase trinta anos (ou quarenta fechados, se por marco a experiência de 1972), nossa Escola cresceu e se consolidou, tornando-se referência nacional em escola de magistratura. Descentralizou-se em Núcleos no interior do Estado, credenciou-se no sistema estadual de educação como entidade de ensino superior para oferta de pós-graduação *lato sensu*, enfileirou-se constante e permanentemente em cursos para magistrados, enfim, está a cumprir seu ideário de catalizadora de vocações e de espaço para formação e aperfeiçoamento de magistrados.

A emenda constitucional nº 45, de dezembro/2004, agasalhou a ideia de uma escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados (sonho acalentado por magistrados comprometidos com uma formação voltada às peculiaridades da função judicante, tomando destaque a atuação do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira). Instalou-se, vinculada ao Superior Tribunal de Justiça, a Enfam – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, abrangendo as escolas estaduais e federais, sendo a Emap prontamente reconhecida pela Enfam como uma escola de magistratura. A Enfam regulamentou conteúdos mínimos para concursos e cursos para juízes, e conferiu à nossa Escola, no ano de 2010, o

pioneiro *Prêmio Selo Enfam*, pelo qual orgulhosamente a Emap foi assinalada como a melhor escola de magistratura do Brasil.

Cada passo é um passo, e marca a terra quando dado com segurança e determinação. Assim tem sido o caminhar da Emap, por isso que tem conseguido permanecer forte e promissora.

O que ainda precisa ser feito é bastante, não só em homenagem ao extraordinário trabalho daqueles que muito já fizeram pela Emap, também porque a realidade assim reclama. Pesquisa e extensão, mestrado profissionalizante, sim, já estamos dando passos significativos nestes campos, mas prioridade absoluta ainda deve ser a formação inicial do magistrado, inclusive como etapa obrigatória do concurso (como, aliás, determina a Enfam).

O mister de julgar compete ao Poder Judiciário, do qual cada magistrado é seu agente, e não se pode descuidar da importância jus-política que a boa formação de um juiz tem no estado democrático de direito que vivemos.

A Emap é um nome de peso, em nosso Estado e no Brasil, na história das instituições de ensino voltadas à judicatura. Podemos ter orgulho de nossa Escola e dos que por ela passaram e ante os quais temos o dever de honrar sua história.

Presidentes do TJ

Oto Sponholz, Tadeu Marino Loyola Costa

Governador

Roberto Requião

Presidente da Assembleia Legislativa

Hermas Eurides Brandão

2004

- **Americanos reelegem George W. Bush**
- **Sonda Spirit pousa na superfície de Marte**
- **Divulgadas fotos de soldados americanos maltratando presos iraquianos**
- **Morrem Leonel Brizola e Yasser Arafat**

- **Massacre de 330 pessoas em escola de Beslan, Rússia, por rebeldes chechenos**
- **Exército ocupa favelas no Rio a procura de fuzis furtados das Forças Armadas**
- **Marcos Pontes, astronauta brasileiro, viaja na Soyuz**



Prêmio Selo Enfam 2010

O Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados certifica que a Escola da Magistratura do Paraná recebeu o Prêmio Selo Enfam 2010, pelo trabalho de excelência desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem dos cursos institucionais realizados.


Ministro Fernando Gonçalves

Brasília, 16 de abril de 2010.

2005

- Médicos franceses realizam o primeiro transplante de rosto
- Londres é alvo de ataques terroristas
- Aprovação da Lei de Biossegurança, regulamentando o uso de células-tronco
- Falecimento de João Paulo II e assunção de Bento XVI
- Reeleito Tony Blair, primeiro ministro britânico
- O deputado Roberto Jefferson denuncia o 'mensalão', provocando a cassação do deputado José Dirceu

2005



Casa do Magistrado Des. Aurélio Feijó

A Casa do Magistrado foi inaugurada em 1987, no bairro Pilarzinho em Curitiba. Em seus salões ocorrem festas infantis, aniversários e comemorações familiares. Tradicionalmente, às quartas-feiras, há uma confraternização entre os associados com um jantar. A Amapar cede esse espaço também para encontros de senhoras de magistrados que participam de programas de auxílio a entidades assistenciais.

Diretoria

1985/87 - Zeferino Mozzato Krukoski, Manoel Sebastião Silveira Filho
1988/91 - Raul Luiz Guttmann, Milton Alceu Etzel
1992/93 - Nady Miró Júnior
1994/99 - Robson Marques Cury
2000/01 - Paulo Roberto Vasconcelos
2002/03 - Fernando Ferreira de Moraes
2004/05 - Luciana e Salvatore Antônio Astuti
2006/07 - Sílvio Binhara, Leomir Binhara de Mello
2008/09 - Salvatore Antônio Astuti, Tadeu Marino Loyola Costa
2010/13 - Sílvio Binhara, Romero Tadeu Machado

Um estímulo à literatura jurídica

Por Joatan Marcos de Carvalho
Diretor da Revista Judiciária do Paraná

A Revista da Associação dos Magistrados do Paraná foi publicada pela primeira vez em 1974, gestão do Des. Marino Bueno Brandão Braga e redação dos juízes de direito da Capital, Assad Amadeu Yassim, Negi Calixto e Vicente Troiano Netto.

Iniciada para “estimular a cultura do direito e o aprimoramento da função judicante”, com previsão de edições bimestrais, a Revista teve periodicidade variada e seu último volume dessa fase, de número 53, foi publicado no ano de 1994, sob a presidência de Sidney Mora, sendo seu diretor o Juiz Rubens Bittencourt.

Nesses 20 anos de existência a Revista da Associação dos Magistrados do Paraná manteve média de 2,65 exemplares por ano, menos do que a ousada pretensão bimestral, mas mais do que a atual desejada periodicidade semestral. Tanto o primeiro como o último número foram impressos pela Juruá Editora.

2006



**PAULO ROBERTO
VASCONCELOS**
* 1947

Administrador cuidadoso, presidiu as comemorações do cinquentenário da Amapar e adquiriu imóvel para a construção da sede própria da entidade, de 2.681 metros quadrados, na Rua Alberto Folini, em Curitiba.

Revista Judiciária do Paraná

2

Coordenação

Revista Judiciária do Paraná

#3

Coordenação

Revista Judiciária do Paraná

Conselho Editorial

Edição número 1

Gilberto Ferreira (presidente), José Maurício Pinto de Almeida, Noeval de Quadros, Joatan Marcos de Carvalho, Rogério Ribas

Edição número 2 e 3

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra (presidente), Albino de Brito Freire, Joatan Marcos de Carvalho, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Fernando Antônio Prazeres



Instalação da Associação Médico-Hospitalar dos Magistrados Paranaenses

Encontro Nacional dos Diretores das Escolas de Magistratura

Encontro dos Magistrados Aposentados, com ênfase na prevenção da saúde

XIX Congresso da Magistratura e Dia Nacional da Conciliação

Congresso de Direito Ambiental

Criação do fundo complementar de aposentadoria

Benfeitorias e reparos em todas as sedes da Amapar

Convênios com empresas, condições especiais para o uso de celular e serviços de turismo e viagem

Instituição do Núcleo de Apoio ao magistrado

Cursos de Defesa Pessoal



Presidentes do TJ

Tadeu Marino Loyola
Costa, José Antônio
Vidal Coelho

Governador

Roberto Requião

Presidentes da Assembleia Legislativa

Hermas Brandão,
Nelson Justus

2006

- **Extinção do Tribunal de Alçada. Incorporação ao Tribunal de Justiça do Paraná, que passou a funcionar com uma corte de 120 desembargadores**
- **Lula é reeleito Presidente da República**
- **Primeira mulher a assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Grace Northfleet**
- **Um avião boeing da empresa Gol e um jato Legacy colidem em pleno vôo e causam a morte de 154 pessoas**
- **Saddam Hussein é condenado e executado por um tribunal islâmico**
- **Morre Augusto Pinochet**
- **Marcos Pontes, primeiro astronauta brasileiro, passa dez dias no espaço**
- **Telê Santana, Bussunda, Raul Cortez, Jece Valadão, Miguel Reale, Sivuca, Carequinha, Gian Francesco Guarnieri faleceram no ano**

Passaram-se 12 anos sem que houvesse publicação da Revista; entretanto, em 2005, o Juiz Gilberto Ferreira, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, relançou a Revista com outra denominação: Revista Judiciária do Paraná, com o propósito de unificar o pensamento da magistratura paranaense e publicar artigos de magistrados, cursistas da Escola da Magistratura do Paraná e de convidados especiais.

Na gestão seguinte (2006/2007), do Des. Paulo Roberto Vasconcelos, a Revista não teve edição impressa, mas foi publicada em CD. Seguiu-se a gestão do Desembargador Miguel Kfoury Neto (2008/2009), sem que houvesse publicação. Na gestão do Presidente Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra foi publicada a Revista 2, a Revista nº 3 era para sair em dezembro de 2011, mas por problemas técnicos na Imprensa Oficial só ficou pronta em abril de 2012, já na gestão do Presidente Fernando Ganem.

A Revista nº 4 já se encontra em fase de elaboração e tem previsão de ser lançada em novembro de 2012. A partir do número 2 a Revista Judiciária Paranaense – RJP – recebeu um Conselho Editorial maior e mais representativo e a partir do nº 4 o Conselho Editorial será ampliado. Desde o número 2 a Revista passou a contar com uma página que pode ser acessada através do portal da Amapar.

A partir do nº 3 a Revista está disponibilizada a todos os associados – aos pensionistas, sob solicitação, e enviada a todas as Associações de Magistrados no país, todas as Escolas da Magistratura, todos os Tribunais e para vários órgãos públicos estaduais e federais.

O objetivo é de que a Revista nº 4 seja enviada também para o Ministério Público, suas associações e escolas, igualmente para as Defensorias Públicas, Ordem dos Advogados e para as mais representativas escolas de Direito do país.

Como afirmei na “Apresentação” da Revista nº 3: “Não se faz uma revista com um pequeno grupo de pessoas dedicadas...” A Revista Judiciária do Paraná, leia-se Revista da Associação dos Magistrados do Paraná, tem longa tradição e o trabalho e a dedicação de um sem número de colegas que, por oportuno, prestamos nossas sinceras homenagens.

Com sua nova denominação, a Revista Judiciária do Paraná avança em sua nova fase, tanto na forma tradicional impressa, como por meio digital.

Há um longo caminho à frente e, a cada dia, novos colegas e amigos se agregam a este propósito, que fez nascer o primeiro número e que continua vivo e, certamente, haverá de conduzir a nossa Revista a um espaço meritório da literatura jurídica nacional.

2007

- Cinquentenário da Amapar
- São instaladas, no Congresso Nacional, três investigações sobre desvio de recursos, CPI, indiciando 100 pessoas

- Nicolas Sarkozy é eleito presidente da França
- O tenor Luciano Pavarotti morre em Modena, Itália
- Fim da cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias

2007

Diretoria

2006/11 - Hélio Cezar Engelhardt, Joel Manoel Pereira
2012/13 - Fábio Marcondes Leite, João Campos Fischer





Sede de Ponta Grossa

A sede pontagrossense foi inaugurada em 2006, com salão de festas e recebe os magistrados da região dos Campos Gerais, que participam de atividades esportivas, sociais e recreativas.



Idealismo, dedicação e trabalho

Por Guilherme Luiz Gomes

A Associação dos Magistrados do Paraná foi fundada em 11 de agosto de 1957 por uma plêiade de juízes idealistas liderados pelo saudoso magistrado Alceste Ribas de Macedo, com a finalidade de promover a defesa dos direitos dos juízes de nosso Estado e o aperfeiçoamento cultural da magistratura.

Inicialmente constituída somente por juízes de direito, hoje é integrada por juízes e desembargadores, todos irmanados na consecução dos objetivos da Associação e comprometidos com os ideais de Justiça e solidariedade.

Mercê de Deus, tive a elevada honra de presidir a Amapar, eleito para a gestão 1996/1997, tendo como vice-presidente os dignos magis-

trados Renato Braga Bettega, Antônio Lopes de Noronha, Ruy Francisco Thomaz, Ruy Muggiati, Rui Antônio Cruz e Márcio Nilton Pereira Mendes, os quais com a colaboração dos abnegados membros da diretoria e do conselho fiscal, presidido pelo colega Tadeu Marino Loyola Costa, contribuíram de forma decisiva para a realização de uma gestão independente, que assegurasse os direitos dos magistrados e participasse de forma efetiva nas questões de interesse da Justiça e da comunidade paranaense.

Em nossa gestão, o Departamento Cultural da Amapar, integrado pelos colegas Carlos Augusto Hoffmann, Noeval de Quadros, Valter Ressel e Olivar Coneglian, realizou encontros culturais em todas as regiões do Estado, o III

2008



MIGUEL KFOURI NETO
* 1951

Orador fluente, autor consagrado, idealista e perseverante, aproximou os magistrados, valorizando e respeitando os pleitos da magistratura. Instituiu a revista literária Toga e Literatura e a comenda de honra 'Alceste Ribas de Macedo'.

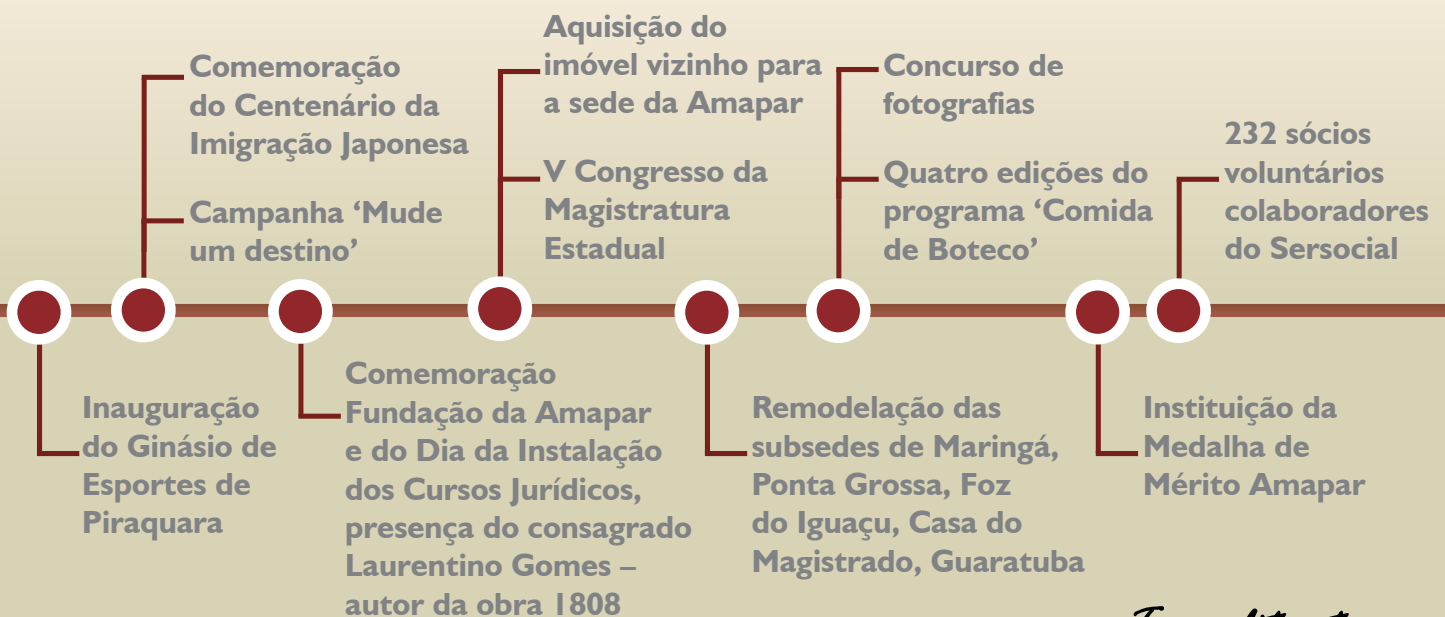
Congresso Estadual da Magistratura Paranaense, o Encontro de Juizes Ibero-Americanos, o Encontro da Mulher Magistrada, o Seminário de Avaliação da Prestação Jurisdicional e o Congresso Internacional de Direito Comunitário, com a participação dos Ministros Sepúlveda Pertence, presidente do Supremo Tribunal Federal, Romildo Bueno de Souza, presidente do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo Teixeira, diretor da Escola Nacional da Magistratura, e juizes de vários Estados e países, eventos que muito contribuíram para a união e aperfeiçoamento cultural da magistratura paranaense.

A Escola da Magistratura do Paraná, dirigida pelo eminente Newton Álvaro da Luz e integrada pelos colegas Ruy Fernando de Oliveira, Jorge Wagih Massad e Luiz César de Oliveira, realizou diversos cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Grande relevância teve o Encontro Nacional de Diretores da Escola de Magistratura, com a presença do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Diretor da Escola Nacional da Magistratura e de diretores das escolas de magistratura de todos os Estados da federação, contribuindo de forma decisiva à formação cultural de nossos juizes.

Aos Diretores da Amapar, da Escola da Magistratura, aos membros do Conselho Fiscal e aos associados minha eterna gratidão pelo

apoio recebido, de importância fundamental à realização dos objetivos da gestão e da entidade. Especialmente ao colega Jonny de Jesus Campos Marques que dirigiu com denodo e competência a Judicemed, concorrendo para a estabilidade do nosso plano de saúde.

Registro, também, meu reconhecimento, com admiração e respeito, a todos os que exerceram a presidência da Associação dos Magistrados do Paraná, os dignos presidentes Alceste Ribas de Macedo, Segismundo Gradowski, Antonio Franco Ferreira da Costa, Edmundo Mercer Júnior, Marino Bueno Brandão Braga, Aurélio Feijó, Luís Renato Pedroso, Jorge Andrigueto, Lauro Lima Lopes, Francisco de Paula Xavier Neto, Luiz Cezar de Oliveira, Sidney Mora, Ruy Fernando de Oliveira, Jorge Wagih Massad, Roberto Portugal Bacellar, Gilberto Ferreira, Paulo Roberto Vasconcelos, Miguel Kfoury Neto, Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, e ao atual Presidente, Fernando Swain Ganem, os quais com idealismo, dedicação e trabalho, contribuíram e contribuem para transformar nossa Amapar na mais representativa entidade de defesa da magistratura, com efetiva participação em todos os assuntos de interesse da Justiça e da população paranaense, visando à construção de uma sociedade democrática, justa e solidária.





QUEM
GARANTE
A NOSSA
CIDADANIA
MERECE
O NOSSO
RESPEITO.



Amapar Forte e de "Olhos Abertos"

Presidentes do TJ

José Antônio Vidal Coelho,
Carlos Hoffmann, Celso
Rotoli de Macedo

Governador

Roberto Requião

Presidente da Assembleia Legislativa

Nelson Justus

2008

- Barak Obama é eleito primeiro presidente negro dos EUA
- Resgate de Ingrid Bettancourt, pelo governo da Colômbia
- Fernando Lugo vence as eleições no Paraguai

- Jogos Olímpicos de Pequim
- Eleições municipais, o prefeito de Curitiba é Carlos Alberto Richa
- Calamidade pública causada por enchentes em Santa Catarina
- O Supremo Tribunal liberou a pesquisa com células tronco embrionárias
- Promulgação da Lei da Anistia



Com apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Amapar apresentou no dia 31 de outubro de 2011 a campanha “Olhos Abertos”. Paranaenses conheceram as mídias concentradas em spots de rádio e TV, anúncios para revistas e jornais, cartazes, artes para mobiliários urbanos e outdoors, flyers e banners para a internet. “Ressaltamos a profissão do juiz para a sociedade, como agente transformador e mais próximo do jurisdicionado. O estopim da campanha foi o assassinato cruel da juíza Patrícia Accioly. Isso deixou evidente a exposição de todos nós e decidimos enaltecer o trabalho do magistrado, comprometido com o seu tempo e dedicado a fazer justiça”, explicou Gil Guerra, presidente da Amapar durante o biênio 2010-2011. Todo o material pode ser obtido no site www.amapar.com.br/olhosabertos.

PROPAGAÇÃO

Para divulgar o material, a Amapar fixou as mensagens da “Olhos Abertos” nos principais veículos de comunicação e anúncios em jornais e revistas, como duas inserções na revista Veja. O mote da campanha foi idealizado gratuitamente pela agência Heads. “Quem defende a nossa dignidade merece o nosso respeito” é uma das mensagens da iniciativa dos magistrados paranaenses. O próximo passo da campanha “Olhos Abertos” será a divulgação nacional e terá a coordenação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). “Foi excelente todo esse trabalho feito pelo Amapar. Uma bela campanha voltada para a população, com o objetivo de esclarecer o papel do Judiciário e também valorizar o Juiz, mostrando à sociedade o relevante trabalho que prestamos”, pontuou Nelson Calandra, presidente da AMB.

2009

• José Sarney e Michel Temer são eleitos para a presidência do senado e câmara federais

• Airbus da Air France, que fazia o voo Rio de Janeiro - Paris, cai no Oceano Atlântico com 228 a bordo

• Morre aos 100 anos o antropólogo Lévi-Strauss

2009

Personalidade jurídica



Instituída pela Portaria nº 06/2009, a comenda de mérito Desembargador Alceste Ribas de Macedo, destinada a agraciar e enaltecer personalidades judiciárias por suas ações meritórias e relevante contribuição ao engrandecimento da Amapar foi entregue solenemente no jantar da magistratura de 29 de janeiro de 2010 às seguintes pessoas:

Nelly Hellender de Macedo, viúva do des. Alceste Ribas de Macedo,

Ministra Denise Martins Arruda, do STJ e desembargadora do Paraná,

Desembargador Luís Renato Pedroso,

Doutor Edison Luiz Trevisan,

Ministro Felix Fisher,

Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão e

Professor Luiz Edson Fachin.

O Des. Luís Renato Pedroso falou em nome dos homenageados, que receberam, igualmente, um diploma.

2010



**GIL FRANCISCO DE PAULA
XAVIER FERNANDES GUERRA**
* 1963

Reconhecido magistrado e administrador, manteve a magistratura prestigiada e unida, cumprindo as metas propostas.



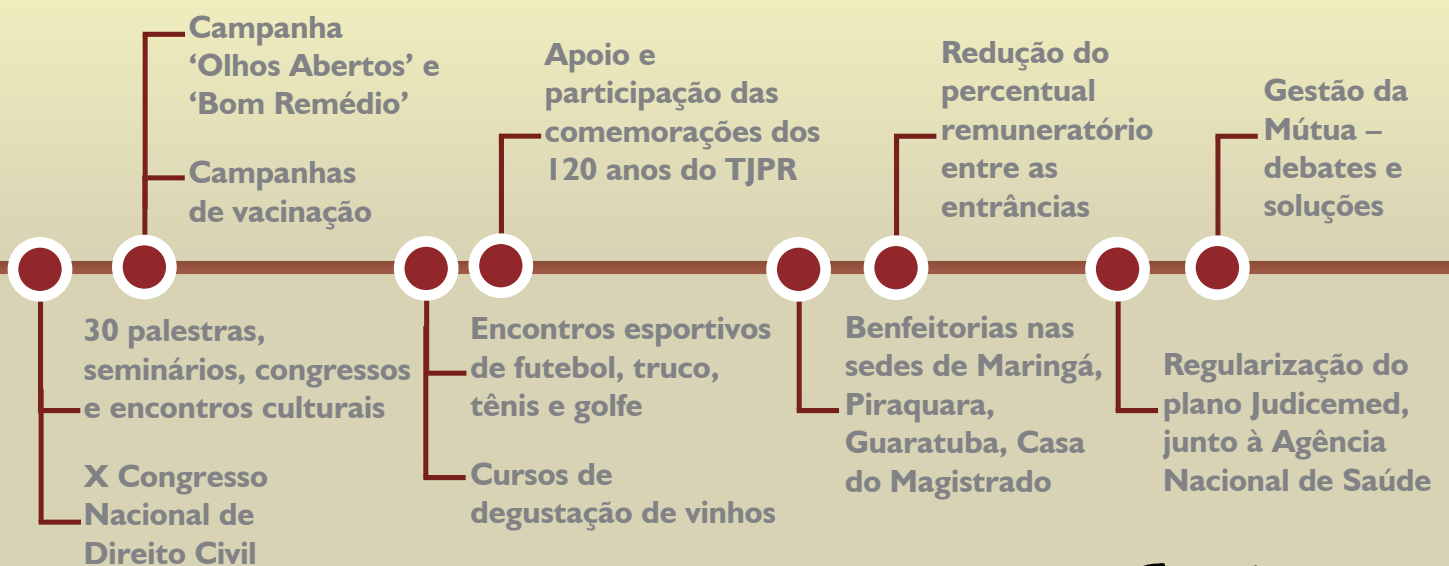
Condecorados

2011

Francisco de Paula Xavier Neto
Sidney Mora
Ruy Fernando de Oliveira
Celso Rotoli de Macedo

2012

Chloris Elaine Justen de Oliveira
Miguel Kfoury Neto
Noeval de Quadros



Ruy Fernando de Oliveira, Denise Martins Arruda, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Carlos Augusto Hoffmann, Tadeu Marino Loyola Costa, Chloris Elaine Justen de Oliveira, Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, Miguel Kfourri Neto, Luís Renato Pedroso, Felix Fischer, Egas Dirceu Moniz de Aragão, Luiz Edson Fachin, Edison Luiz Trevisan.



Consagradora Honraria

Por Luís Renato Pedroso

Este é um momento inigualável em nossa vida. Estou certo e seguro de que jamais esperávamos que acontecesse.

Muitos anos se passaram desde quando ingressamos na atividade jurisdicional. Alguns já encerraram tal exercício, outros ainda o engrandecem e enobrecem, com a inteligência e a cultura de que são expoentes.

De qualquer sorte, para todos nós, a homenagem agora recebida tem o doce sabor do reconhecimento e da valorização do trabalho

sempre desenvolvido com muito amor e responsabilidade.

Por certo, a criação desta comenda foi inspirada naquele que detém a verdadeira e irrecorrível Justiça, a quem sempre chamamos, carinhosa e respeitosamente, de “Juiz dos Juízes”, ainda porque adota o nome honrado de magistrado de tantas glórias: Alceste Ribas de Macedo foi uma das maiores expressões da magistratura paranaense.

Ao seu passamento, homenageio-o em carinhosa crônica jornalística, lembrando aspectos de sua vida, desde a fundação em 11 de agosto de 1957 da antiga Associação dos Juízes

Presidente do TJ

Miguel Kfourri Neto

Governador

Carlos Alberto Richa

Presidentes da Assembleia Legislativa

Nelson Justus, Valdir Rossoni

2010

- Eleita primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Roussef
- Regulamentação da exploração de petróleo e gás natural no pré-sal
- Enchentes e desabamentos no Rio de Janeiro
- Resgatados 33 mineiros soterrados no Chile, após 69 dias



de Direito do Paraná, até o retorno triunfal às atividades de desembargador, em setembro de 1970, após arbitrário e sofrido afastamento, por todos recriminado, porque altamente injusto.

Acolhendo a insígnia, uma reflexão assoma ao nosso entendimento. Realmente, “Justiça é a santidade de Deus em ação”. E, por assim entendê-la é que transmitimos aos nossos caríssimos magistrados a convicção de que saberão honrá-la e dignificá-la, praticando-a com amor e responsabilidade.

Apóstolos do Direito, nossos juízes não se abaterão ante os percalços e dificuldades,

porque, acima de tudo, está o ideal de praticar o bem, respondendo, com rapidez e agilidade, aos anseios dos jurisdicionados, que por ela clamam incessantemente.

Praza aos céus que nossos juízes, com a valiosíssima contribuição dos senhores advogados, agentes do Ministério Público e serventuários da Justiça, cumpram com o dever que lhes é atribuído, sob a benção do “Juiz dos Juízes”.

Este é nosso humilde agradecimento pela honraria de que fomos alvo e que transferimos a todos quantos que, de uma forma ou outra, dedicam-se ao Direito e à Justiça!

2011

- Tsunami no Japão deixa 25 mil vítimas
- Morte de Bin Laden, capturado pelos americanos, após quatro anos de perseguição
- Cinco ministros deixam o governo Dilma, acusados de corrupção
- Casamento do príncipe inglês William
- Morte de Steve Jobs, criador do Machintosh, do iPhone e do iPad

2011



**Futuras instalações da Amapar,
Rua Alberto Folloni, 541.**



Sede Administrativa

Na sua fundação, em 1957, a Amapar resumia-se a uma sala alugada no Edifício Demeterco. Em 1963, transferiu-se para o Palácio da Justiça no Centro Cívico, num pequeno espaço do terceiro andar. Em 1988 mudou-se para o sétimo andar e, atualmente, possui uma estrutura completa no nono andar do Palácio da Justiça.



Curitiba 300 anos - Maria Regina de Quadros Cury.



A presente instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

Fundos de Investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade passada não representa a garantia de rentabilidade futura. Leia a prospecto e o regulamento antes de investir. A metodologia utilizada e os prêmios recebidos pela CAIXA entre os anos de 2004 e 2012 podem ser obtidos no Guia Exame de Investimentos Passados do ano relativo à premiação.

SAC CAIXA – 0800 726 0101
Informações, reclamações, sugestões e elogios
Para pessoas com deficiência
auditiva ou de fala – 0800 726 2492
Ouvidoria – 0800 725 7474
caixa.gov.br
facebook.com/caixa

“EU SOU INVESTIDORA”

ALESSANDRA DELLAI, servidora pública e investidora dos Fundos da CAIXA.

**PARA A CAIXA,
TODO BRASILEIRO
PODE SER
INVESTIDOR.**

Você também pode ser um investidor. Só precisa de R\$ 10,00 para começar. E não importa se você é grande, médio ou pequeno investidor. Na CAIXA, você tem as melhores taxas e pode contar com uma equipe premiada por 8 anos seguidos como uma das melhores gestoras de Fundos de Investimento pela revista Exame. Fale com um gerente da CAIXA.

**O BANCO DAS MELHORES TAXAS TAMBÉM É
O BANCO DOS MELHORES FUNDOS DE INVESTIMENTO.**

CAIXA
A vida pede mais que um banco



Cataratas do Iguazu - Érico da Silva.